

1

Considerações iniciais

Do primeiro grito ao último suspiro, a vida nos coloca em muitos ambientes e nos permite testemunhar muitas situações. A descoberta da luz, da forma, do seio materno, da própria identidade; os jogos da infância, o espaço da casa, da rua, da escola; o amor, o trabalho, a vivência particular dos fatos políticos e sociais de nosso tempo: os soldados que desfilam, os poderosos que passam, algumas pessoas notáveis, o povo nas ruas, o efêmero gesto de vitória. Por mais fortes que sejam esses quadros, por quanto determinem de nosso comportamento, de nossas angústias e esperanças, são apenas parte daquilo que sabemos. A parte menor. Muito mais nos chega por notícias, testemunhos, em palavras ou representações icônicas.

Mas a linguagem não é apenas instrumento de comunicação que nos traz à presença tempos passados, paisagens distantes. Também não é só um sistema de sinais sobreposto à experiência, mas, ademais, o espaço de uma organização do mundo a que se chama cultura. Sons, cores, formas, paladares têm existência física, impressionam os órgãos de sentidos, mas é a cultura que gradua e classifica essas impressões, lhes atribui essências e valores simbólicos. A relação entre os conceitos e as coisas se realiza de tal maneira que os conceitos funcionalizam as coisas e as desintegram: um muro ora é *proteção*, ora é *obstáculo*, ora é uma *obra* em que se gastaram tempo e esforço; a mesma mulher é *amante* aqui, *empregada* adiante, *mãe* para um, *filha* para outro. Muro e mulher existem no mundo: para apreendê-los, atribuímos a eles essências pragmáticas que nos fazem, por exemplo, odiar o muro, estimar a mulher.

Cada um de nós conceitua as coisas por comparação e contraste, do ângulo da utilidade, da função. Para comunicar esses conceitos, aplicamos princípios lógicos,

como os que encadeiam os sons na linguagem falada, formando locuções, sentenças, discurso. Foi a partir da língua que se inventou a Lógica.

O texto escrito deriva da linguagem falada segundo regras sintáticas mais estritas, que se devem à necessidade de levar o registro para além do ambiente do discurso, no espaço e no tempo. Essas regras pretendem suprir a ausência de fatores como a *situação* (relações entre falante e ouvinte, empatia, repertório comum), o *envolvimento* (paisagem ou arquitetura, grau de ruído, luz e sombra), o *feedback instantâneo* (reações imediatamente percebidas dos ouvintes e que orientam o prosseguimento da fala), a *entonação* e a variedade significativa das *pausas*.

No mundo atual, se queremos falar de notícias, não é possível pôr de lado a comunicação por imagens – o exemplo mais comum de semântica analógica: no jornal, nada além de convenção relaciona as palavras e o que elas significam, e o signo, portanto, é arbitrário; no vídeo, cada imagem é análoga à situação que registra, e, se tomarmos essas imagens como elementos para a construção de um discurso, não há dúvida de que são signos dotados de motivação. A sintaxe da linguagem falada ou escrita é mais sólida e complexa, mas sua semântica remete a conceitos que são quase sempre abstrações da realidade; a sintaxe da linguagem visual é mais frágil, seus recursos escassos, mas o que surge diante de nós são fragmentos da realidade.

Diante do relato feito em texto, pode-se sempre perguntar *como terá sido isso*, e imaginar uma possível realidade concreta; diante do relato com imagens que se sucedem, cabem as perguntas *qual o nome disto?* e *o que isto quer dizer?* Assim, se uma imagem pode conter informação que não cabe em mil palavras, uma palavra pode resumir o conhecimento de mil imagens.

Conhecimento e notícia

O conhecimento em geral privilegia o que as coisas são. Procura arrumar seres e fenômenos em categorias, estabelecer relações, definir, explicar. Estipula uma série de operações lógicas sobre dados e extrai conclusões que se devem comprovar empiricamente. Há muito tempo, e talvez desde o início da cultura, as tarefas de guardar e produzir conhecimento vêm-se especializando. O jogo de poder entre pajés e caciques amplia-se entre sacerdotes e reis, filósofos e ditadores.

Mas, a par desse conhecimento abstrato, que se preocupa com o sentido último das coisas e objetiva a manutenção da estabilidade social através de mitos, ritos, mistérios e leis, outros saberes sempre existiram: os da agricultura e da indústria, do esporte, da navegação, da luta, da arquitetura, da dança, de toda coisa, enfim, da vida cotidiana. Embora essencial à vida e admirado por suas obras, o saber-fazer não gozava de grande prestígio. Quem ensinou a semear e colher, a erguer pirâmides e a enxugar os pântanos de Roma? Quem fez a roupa e a comida de Sócrates? Mesmo o reconhecimento das grandes artes, como a pintura, a escultura e a música, é relativamente recente.

O episódio da revolução burguesa marca uma ruptura nessa condição. Porque a burguesia foi a primeira classe na História que alcançou o poder comprometida com a produção econômica e a circulação dos bens. Sua mitologia é a do empreendimento, da praticidade. Com os burgueses, o *homo faber* chegou aos palácios e subiu ao pedestal dos monumentos. Supostas verdades, julgadas essenciais à manutenção da ordem, caíram por terra: a luneta provou que nosso mundo é redondo, e o cálculo astronômico, que não estávamos no centro do Universo. A razão estabelecida iria submeter-se ao crivo da realidade. Esgotadas as possibilidades de aplicação do que já se conhecia (os moinhos de vento e de água, a navegação a vela, a bússola, a pólvora, o papel, o princípio da máquina a vapor), a investigação científica tornou-se, afinal, um bom investimento.

A sociedade moderna européia, espaço da luta entre burgueses e proletários, passou a privilegiar a mudança sobre a preservação. As trocas de informações atingiram intensidade e amplitude antes difíceis de imaginar. E a notícia, antes restrita e controlada pelo Estado e pela Igreja, tornou-se bem de consumo essencial.

A história da notícia

Na Idade Média, as informações disponíveis para a população vinham embutidas em decretos, proclamações, exortações e nos sermões das igrejas. Evidentemente, formavam-se circuitos paralelos de boatos e testemunhos. Contos de feitos notáveis, de eventos picarescos, crônicas da vida cotidiana e retalhos da literatura clássica levavam décadas para cruzar a Europa em cantigas e fábulas dos trovadores.

Isto começou a mudar como resultado da expansão da atividade comercial, a partir do século XIII. A primeira grande via de comércio, unindo o Oriente à Europa,

passava pela intermediação dos navios árabes que cortavam o Mediterrâneo e despejavam mercadorias na costa oriental da Itália. Ali surgiram cidades-empório, onde se desenvolveu uma versão antecipada do conflito entre burgueses e aristocratas que mais tarde empolgaria o Continente.

Com as mercadorias chegaram técnicas e informações. Tempo de Marco Pólo (1254-1324), veneziano que escreveu em francês coisas inacreditáveis sobre a Pérsia, a China, Burma, o Japão, Sião e Java, Ceilão e as estepes mongóis, a Abissínia e a Sibéria. A acumulação de capital logo teve conseqüências: a organização mais ampla e atuante da atividade artesanal e a alfabetização. Os *avvisi* já podiam ser pregados nos muros em cópias manuscritas: dispensava-se o letrado que tempos atrás teria que lê-los em voz alta. E, mais importante, não provinham do duque nem do bispo: quem os mandava escrever eram banqueiros e comerciantes. Ali, então, o italiano tornou-se a primeira língua moderna a atingir a universalidade literária, com a epopéia inovadora de Dante Alighieri (1265-1321), o lirismo personalista de Francesco Petrarca (1304-1374) e o realismo de Giovanni Boccaccio (1313-1375).

Este ciclo promissor decaiu com o corte das vias de comércio com o Oriente, em meados do século XV. Restava outro caminho entre a Europa e a Ásia, pelo norte, a partir dos burgos da Alemanha. Ali, em Mogúncia, Johann Gutenberg (1398-1468) imprimiu a Bíblia, em 1452. A prioridade a ele atribuída na invenção da imprensa é discutível, mas a tecnologia gráfica resultou seguramente do comércio asiático. O papel era fabricado na Espanha, no século XII, sob ocupação árabe, e na Itália, no século XIV. Os tipos de metal surgiram na Coréia, em 1390, e os de cerâmica datam de dois séculos 'antes, criados por Pi Cheng, na China.

O impulso seguinte decorreu do início da colonização da América e da expansão do comércio oceânico com o Oriente, através do caminho descoberto por Vasco da Gama (1459-1524). Os estados mercantis de Portugal e Espanha logo sofreriam a concorrência de comerciantes vindos da França, da Inglaterra e da Holanda, que se libertou do domínio espanhol. A acumulação capitalista era tremenda. Ouro e prata chegavam das colônias: as armas européias saqueavam impérios, na África, na Ásia, nas Américas inca, asteca e maia. A mão-de-obra negra cruzava o Atlântico, e, para justificar esse tráfico, alimentou-se o mito da superioridade da raça branca, construindo-se até, para ele, uma teorização "científica". Com tanto dinheiro, era tempo de partir para a conqui-

ta do poder. Contra as alfândegas, contra os impostos, contra a ociosidade dos senhores feudais, já transformados em cortesãos, corrompidos pelo fausto e endividados com os banqueiros.

O latim já era *outra língua*, a língua culta, usada apenas por eruditos e padres. Como consequência da etapa anterior do processo gerado pelo mercantilismo, as cidades, que não tinham expressão na Idade Média, cresciam e prosperavam. Do espanhol Miguel de Cervantes y Saavedra (1547-1616) ao inglês William Shakespeare (1564-1616), as línguas nacionais ganhavam magnitude, impostas, a partir dos centros de poder, sobre províncias condenadas a terem seus idiomas reduzidos a dialetos.

A imprensa periódica surgiu nesse contexto. O primeiro jornal circulou em Bremen, Alemanha, em 1609. O segundo, em Estrasburgo, no mesmo ano. O terceiro, em Colônia, no ano seguinte. Dez anos depois, já havia jornais em Frankfurt, Basileia, Hamburgo, Amsterdam e Antuérpia. Imprimia-se em francês e inglês, para exportação. A imprensa londrina começou em 1621, com a *Current of General News*. Paris esperou mais dez anos para ter sua *Gazette*.

Nos primeiros jornais, a notícia aparece como fator de acumulação de capital mercantil: uma região em seca, sob catástrofe, indica que certa produção não entrará no mercado e uma área extra de consumo se abrirá, na reconstrução; a guerra significa que reis precisarão de armas e de dinheiro; uma expedição a continentes remotos pode representar a possibilidade de mais pilhagens, da descoberta de novos produtos ou de terras próprias para a expansão de culturas lucrativas, como a cana-de-açúcar e o algodão.

Mas a burguesia tinha que lutar em outras frentes e logo usou os jornais na sua arrancada final sobre os palácios. A Igreja e o Estado tentaram conter os impressos com o índice e a censura; mais tarde, os aristocratas lançaram seus próprios periódicos, sempre menos interessantes porque, na guerra de opinião, não tinham muito que dizer. Foram anos e anos de intensa luta política, em que a informação aparecia como tema da análise dos publicistas, da denúncia dos panfletários, do puxa-saquismo dos escritores cortesãos.

O investimento para imprimir um jornal era pequeno, a redação se limitava a duas ou três pessoas, os leitores pagavam o preço do papel, da tinta e costumavam até prover o capital de giro, com a contratação de assinaturas. Do ponto de vista econômico, qualquer um podia lançar a sua folha, desde que tivesse algumas centenas de amigos, correligionários ou pessoas com motivo para temer ataques impressos caso não contribuíssem. Nessas

circunstâncias, os censores tinham o apoio de muita gente influente, mesmo entre os burgueses, cujo ideário, por motivos políticos, incluía a liberdade de imprensa.

E foi assim que, mesmo na Inglaterra pós-Cromwell (meados do século XVII) ou na França pós-napoleônica (início do século XIX), publicistas e panfletários viveram sob o jugo de tribunais e de sistemas sutis de controle: cartas de monopólio, imposto do selo, taxaço do papel e da publicidade. Embriagada com o poder, a nova classe dominante impunha brutal espoliação aos trabalhadores: jornadas de até 18 horas sem descanso, para homens, mulheres e crianças, por salários que não davam para pagar um pão por dia. Era a Londres enfumaçada dos romances de Charles Dickens (1812-1870), a violência social retratada em *Os miseráveis*, de Victor Hugo (1802-1875). Um escândalo que comovia homens de fé verdadeira, pensadores racionalistas, aristocratas remanescentes sempre dispostos a lembrar que a volta ao antigo regime poderia conter os abusos. Floresciam as idéias socialistas, que ganhariam rigor científico na obra de Karl Marx¹ (1818-1883), ele próprio jornalista da *Gazeta Renana* e, depois, exilado em Londres, correspondente de jornais americanos.

O próprio impulso da Revolução Industrial terminou, porém, derrubando a censura, na maior parte da Europa Ocidental, na última metade do século XIX. Três fatores contribuíram para isso:

a) Surgia um efetivo mercado para os jornais. O número de trabalhadores que aprendiam a ler – gente dos escritórios, operadores de máquinas, mestres de ofícios cada vez mais sofisticados – crescia sem parar. Era um público de tradições ainda rurais, arrancado de suas culturas de origem e que deveria ser sociabilizado nas metrópoles, centros de civilização e poder em torno dos quais passavam a gravitar áreas e interesses imensos. Público importante porque, tendo ascendido ao entendimento da palavra impressa, tornara-se formador de opinião entre seus pares ainda iletrados.

b) As máquinas e a organização da produção próprias do capitalismo industrial chegavam aos jornais. A mecanização começou com a impressora de Koenig, em 1814, passou pela rotativa de Marinoni, em 1867, e atingiu o auge com a composição das linhas de chumbo na linotipo de Mergenthaler, em 1886. Com isso, o empreendimento jornalístico tornava-se empresarial: baixavam os custos por exemplar, armavam-se redes

¹ A obra de Marx inclui dois momentos relevantes: a crítica do capitalismo, rigorosa e precisa, e a visão do futuro isento do conflito entre classes sociais – algo que lembra o idealismo de Platão em *A República* e de Thomas Morus em *A utopia*.

imensas de coleta de informações. Aquele jornalista independente de outrora, que pretendesse tirar sua folha com tipos móveis e prensa manual, jogaria nas ruas número insignificante de exemplares, caríssimos, com o conteúdo superado pelos fatos.

c) A publicidade passava a custear a maior parte da despesa editorial. O público deveria ser informado da oferta de bens de consumo, convencido a consumir e, depois, induzido à compra por todo arsenal de instrumentos de intervenção psicológica que se pudesse utilizar². Obviamente, essa promoção do consumo não se desengasta dos interesses gerais do sistema econômico.

O jornal-empresa pode, assim, abarcar vasta gama de opiniões, mas seu caráter não-revolucionário está assegurado por dois bons motivos: deve remunerar o capital apreciável nele investido, e tira sua renda basicamente da veiculação de bens materiais e ideológicos produzidos por entidades de característica semelhante.

Por algum tempo, até se difundirem o rádio e o cinema, a imprensa confundia-se com aquilo que mais tarde se chamaria de ‘indústria cultural’. A luta pelo aumento de tiragem – medida de sua eficácia publicitária – levou os jornais a ampliar a área de serviços e a incluir em suas páginas os folhetins – histórias seriadas de ficção que tinham a vantagem de manter o público cativo –, os horóscopos e os quadrinhos.

Mas a notícia terminaria sendo a matéria-prima principal, conformando-se a padrões industriais através da técnica de produção, de restrições do código lingüístico e de uma estrutura relativamente estável.

Sensacionalismo e imparcialidade

Esse desenvolvimento histórico não ocorreu por igual em toda parte do mundo. Nos Estados Unidos, que se tornariam um centro importante no desenvolvimento técnico do jornalismo, a imprensa jamais sofreu censura de Estado³. Isso não quer dizer que tenha sido poupada – ou seja ainda – da pressão de grupos econômicos, religiosos e movimentos leigos de opinião que constituem o que a sociologia americana chama de *tradição comunitária*. Ou, para usar expressão mais em moda, *povo organizado*.

² Trata-se da generalização das técnicas de *marketing* – procedimentos que buscam a ampliação do mercado atuando sobre a subjetividade do consumidor. Esses procedimentos decorrem da Teoria da Utilidade Marginal, proposta por Carl Mengel (1840-1921), fundador da escola austríaca de economia.

³ Salvo em situações de guerra, reais ou supostas.

Os americanos, que têm mitologia solidamente estabelecida sobre seu país, costumam atribuir isso à famosa emenda à Constituição que proíbe a intervenção na imprensa. Na verdade, as razões são outras: nos anos que se seguiram à Independência, nenhuma força interna se opunha ao regime da Federação. Quem tinha motivos para reclamar – escravos e índios –, não dispunha de acesso à palavra escrita. As contradições de classe surgiram efetivamente após a guerra civil (1861-1865), quando os Estados Unidos experimentaram surto de desenvolvimento sem precedentes. A imprensa, já enquadrada em um modelo capitalista liberal, coube, em escala e intensidade também inéditas, a tarefa de sociabilização de grandes contingentes de imigrantes europeus⁴.

De seus primeiros tempos, a imprensa americana trazia uma tradição de cobertura local. Nos anos em que imperaram os magnatas William Randolph Hearst e Joseph Pulitzer (fim do século XIX, começo do século XX), adquiriu novo aspecto, dando ênfase a histórias sentimentais e de crimes, que distraem e ao mesmo tempo projetam aspirações e angústias das grandes massas. O tratamento emocional desses temas gerou o que se chama de imprensa sensacionalista⁵ – competitiva, voltada para a coleta de informações a qualquer preço e, eventualmente, mentirosa.

A par do sensacionalismo, e no esforço para superá-lo, os jornalistas americanos conseguiram emprestar rigor às técnicas de apuração e tratamento de informações. Foram buscar no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado de não avançar além daquilo que os fatos permitem ao senso comum inferir. O ideal de imparcialidade é parte dessa postura, que se contrapôs ao modelo sensacionalista nos grandes jornais da América.

Foi nos Estados Unidos que o jornal-empresa atingiu sua maturidade. A divisão de trabalho nas redações centralizou o *gatekeeping* – decisão sobre o que vai ou não ser publicado – em editores que se orientam ora por leis de mercado, ora por conveniências que traduzem o jogo dos grupos de pressão ou entidades abstratas como o *interesse nacional*. Os repórteres apuravam e processavam as informações segundo procedimentos padronizados, sem muita ingerência ou até consciência desse processo.

⁴ No caso dos africanos e descendentes, livres da escravidão após a guerra civil americana (1861-1865), a tarefa de sociabilização caberia principalmente às igrejas.

⁵ O chamado ‘jornalismo amarelo’ (referência ao “yellow kid”, primeira história em quadrinhos publicada em jornal) e, no Brasil, também ‘jornalismo marrom’ (nome pejorativo dado, na década de 1960, ao *Diário da Noite* do Rio de Janeiro, tablóide dos Diários Associados inspirado em jornais ingleses de grande circulação popular).

Esse procedimento começou a mudar no último quarto do século XX, quando a informatização impôs a escolha de profissionais aptos a desempenhar várias funções – apurar, redigir, corrigir, diagramar as páginas, participar da feitura de infográficos - numa versão editorial do toiotismo adotado nas fábricas japonesas no processo de recuperação da economia a pós a Segunda Guerra.

Gramática da notícia

Do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno, como *o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante*. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los.

A narrativa é gênero literário de tradição assentada no épico. Sua espinha dorsal é a organização dos eventos em seqüências; em cada uma delas, o primeiro evento antecede o segundo, o segundo o terceiro, e assim por diante. Isso significa que, dentro da seqüência, os fatos são registrados na mesma ordem em que teriam ocorrido, no tempo.

O bandido entrou na agência bancária, olhou para todos os lados, aproximou-se do caixa e disse: "É um assalto", O caixa acionou imediatamente o botão de alarma com o joelho.

Nesta seqüência, temos uma série de orações (*entrou ... olhou em volta. ... aproximou-se do caixa ... disse ... acionou o alarma*) na mesma ordem em que ocorreram os acontecimentos a que se referem. Pode-se notar que:

- a) o início e o fim da seqüência são eleitos arbitrariamente pelo narrador. Nada, a não ser a estratégia narrativa, impediria que se começasse por um evento anterior (*O bandido desceu de um automóvel na esquina, veio andando pela rua, entrou na agência...*) ou alongasse a seqüência, incluindo eventos posteriores

(... *O assaltante, então, disparou dois tiros, um dos quais o atingiu no ombro*).

O fluxo de eventos, no mundo objetivo, é infinito;

- b) cada evento pode ser fracionado em partes, de modo que o narrador escolhe o ritmo da seqüência. Assim, em lugar de dizer *entrou na agência bancária*, poderia detalhar: *estendeu a mão para a maçaneta, segurou-a com os dedos, girou-a no sentido dos ponteiros do relógio, empurrou-a e atravessou devagar o vestíbulo da agência bancária*;
- c) a seqüência sugere, mas não afirma, relações causais. Isto, em retórica, se traduz por uma proposição latina: *post hoc, ergo propter hoc* [depois disso, logo causado por isso]. A sugestão é tão forte que se traduz em parentescos semânticos tais como as relações *seqüência/conseqüência, seguinte/conseguinte*. No caso do exemplo, é de presumir que a caixa tenha acionado o alarma *porque* o bandido disse que era um assalto.

De modo geral, pode-se afirmar que a recepção de qualquer mensagem não é processo passivo, o que deixaria a audiência submetida ao discurso do emissor: ela envolve atividade de inferência, escolha de sentidos e percepção conforme o contexto da enunciação (a condição em que é feita), do enunciado (o que vem antes, o que vem depois) e o estoque de memória de cada receptor.

De uma seqüência a outra, há cortes temporais ou espaciais. Na história do assalto, uma seqüência adicional poderia referir-se a algo que ocorresse à distância:

O detetive Fagundes chegava do almoço quando a campainha soou. na 19ª. Delegacia. Pela luz do painel, viu que o aviso vinha do banco. Vestiu o paletó, ajeitou a pistola no coldre, desceu correndo as escadas e embarcou no carro, onde três colegas já o esperavam, com o motor ligado.

Mas nada impediria que adicionássemos à primeira uma segunda seqüência afastada no tempo, depois (a) ou antes (b):

a) *Ao despertar, ele viu, primeiro, a parede e o teto, brancos. Lembrou-se do homem barbudo que segurava uma arma. E ouviu a enfermeira: "O rapaz do banco, enfim, acordou".*

b) *No treinamento que fizera, meses antes, quando começou na cidade a onda de assaltos a bancos, o instrutor recomendara que olhasse firme para frente, distraísse o assaltante e só então encostasse a perna no botão.*

As informações sobre objetos, ambientes e personagens são embutidas, como vimos, nessa espinha dorsal de eventos. Trata-se de elementos descritivos: *há* um botão na altura do joelho do caixa; a hora do assalto *é* aquela em que Fagundes terminou o almoço; *existe* um painel na delegacia que localiza a origem do alarma; o detetive *usa* a arma no coldre; a parede e o teto do quarto (do hospital) *são* brancos; o bandido *é* um homem barbudo etc.⁶ A armadura de eventos irá ainda suportar indicadores de natureza estilística, tais como as *pistas* na história policial (*homem barbudo* poderia ser uma delas), os dados reais que sustentam a verossimilhança no texto de ficção histórica etc.

Ocorre, portanto, na narrativa, um encadeamento de seqüências S, constituídas de eventos temporalmente relacionados ($E_{t1}, E_{t2}, E_{t3}, \dots E_{tn}$), unidos pela conjunção aditiva, de modo que *e = e depois*⁷.

Nas narrativas mais antigas, o corte entre um grupo de seqüências e outro pode ser muito brusco: os capítulos, em geral, têm em comum apenas o protagonista. É o caso da *Odisséia*, de Homero (século IX antes de Cristo); do *Satiricon*, de Petrónio 20 d.C. – 66 d.C.); das *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift (1667-1745); ou do *Cândido*, de Voltaire⁸. É também o caso da História narrada por episódios descontínuos: nos livros escolares, a Inconfidência Mineira, a Independência, a Maioridade parecem frequentemente emergir de um cotidiano sem interesse, marcado pela mesmice.

De qualquer maneira, a narrativa sempre foi gênero popular; daí sua escolha para a difusão ampla de idéias renovadoras por um Cervantes, autor de *As engenhosas aventuras do cavaleiro Dom Quixote*, um Swift, um Voltaire. O romance romântico e, mesmo antes, o romance sentimental, do século XVIII, procuraram tornar os lapsos de tempo menos bruscos: a narrativa passou a tentar a representação do tempo real – a homologia entre o tempo em que as coisas aconteceram e o tempo narrado.

⁶ Se escritas no tempo passado, essas frases iriam todas para o imperfeito do Indicativo (*havia,era, existia, usava*), tempo das relações e ações continuadas. O presente, simultâneo ou freqüentativo, é por definição imperfectivo, isto é, não sugere que a ação descrita terminou ou terminará.

⁷ Não *e = e também*, como ocorre nas descrições e exposições ensaísticas ou didáticas.

⁸ Pseudônimo do banqueiro François-Marie Arouet (1694 –1778).

Quanto ao narrador, ele pode ser testemunha de fatos que efetivamente viveu (as *memórias*) ou de acontecimentos imaginários, no todo ou em parte (por exemplo, *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe, a primeira novela escrita em inglês, em 1719). Mas é comum que apareça como observador onisciente e onipresente, isto é, sabedor de tudo e presente a todos os lugares, sem aparecer objetivamente no que está narrando. As variações são muitas: Júlio César (100a.C. – 44a.C), por exemplo, contou sua campanha militar na Gália, no comando de legiões romanas (*Comentarii de Bello Galico*), usando a terceira pessoa e referindo-se a si mesmo como a um personagem.

Noção intuitiva de notícia

Em que difere a notícia do modelo descrito acima? Por que se disse que ela expõe, e não narra? Não fica estranho, artificial, os acontecimentos serem contados em outra ordem que não aquela em que ocorreram? A estranheza se deve ao fato de nos termos acostumado a ler – e a ver, no cinema e na televisão – casos contados do começo para o fim, embora *começo* e *fim* sejam sempre arbitrários. Essa tradição literária, que passou para o teatro e daí para as artes cênicas em geral, parece fundada em lógica indestrutível.

Não é. Se considerarmos a tradição oral, mais antiga e mais corrente, veremos que a ordenação dos eventos por ordem decrescente de importância ou interesse é bem mais comum do que a temporalidade da seqüência.

Suponhamos que, ao despertar, alguém realize as seguintes operações:

1. abre os olhos;
2. consulta o relógio de cabeceira;
3. levanta-se;
4. vai ao banheiro;
5. escova os dentes;
6. lava o rosto;
7. ouve a campainha da porta;
8. enxuga-se às pressas;
9. sai do banheiro;
10. caminha até à porta;

11. destranca a fechadura;
12. abre a porta;
13. vê um homem caído na soleira;
14. corre o olhar em torno;
15. constata que não há ninguém mais no corredor;
16. abaixa-se;
17. toca o homem com os dedos;
18. sente que o corpo está frio e rígido;
19. percebe que é um cadáver;
20. corre para o telefone;
21. discar o número da Central de Polícia.

Nosso infeliz personagem vai contar o caso a quem atende o telefonema. É improvável que tente – e consiga – contar a história a partir do início: *Eu ainda há pouco acordei, abri os olhos, consultei o relógio....* Seguramente dirá: *Tem o cadáver de um homem na minha porta. Descobri quando fui atender à campainha. Não tinha mais ninguém do lado de fora. Vi que o corpo está frio. Demorei só um minuto porque estava no banheiro...*

Os eventos estarão ordenados não por sua seqüência temporal, mas pelo interesse ou importância decrescente, na perspectiva de quem conta e, sobretudo, na suposta perspectiva de quem ouve. E mais: a importância de cada evento será aferida em função do evento principal da série, a descoberta do cadáver. Esta descoberta é que torna relevante o fato de o corredor estar vazio, ou de o sujeito que começou tão lamentavelmente seu dia ter demorado um minuto para atender à campainha porque estava no banheiro.

Temos aí, na sua forma mais evidente, três fases do processo de produção de uma notícia:

1) a *seleção dos eventos*. No caso, *abrir os olhos, consultar o relógio, escovar os dentes* são ocorrências que o narrador omitirá e que lhe fugirão logo da memória. Mas ele não pode se esquecer do minuto que levou para *enxugar-se, sair do banheiro, caminhar até à porta e destrancar a fechadura*;

2) a *ordenação dos eventos*. O contato, a atenção do interlocutor, fixa-se a partir do evento mais importante ou interessante. Os outros, posteriores ou anteriores, vão

aparecer em ordem determinada pela motivação do principal, transformados em circunstâncias dele, como se fossem explicações;

3) a *nomeação*. Há compromissos e sutileza nos nomes que se atribuem às coisas. *Corpo* seria pouco específico no contexto; *defunto* retiraria um tanto da dramaticidade que o cidadão atônito pretende transmitir; *presunto* o desqualificaria socialmente, na ótica do interlocutor.

Restrições pragmáticas

A analogia da notícia jornalística com a situação de uma pessoa que informa algo a outra não pode ser levada além de certo ponto. As circunstâncias da relação entre o jornalista e o público – a *pragmática* dessa relação – determinam restrições específicas no código lingüístico.

A limitação do código – reduzindo tanto o número de itens léxicos (palavras e expressões) quanto de operadores (regras gramaticais) de uso corrente – aumenta a comunicabilidade e facilita a produção da mensagem, o que é útil no caso de um produto industrial como a notícia. A fundamentação teórica desta proposição encontra-se na Teoria da Informação, mas ela se confirma em grande número de situações práticas. É o que leva à padronização das vozes de comando e permite a locutores radiofônicos descrever com incrível rapidez os lances de um jogo: conseguem falar tão depressa e são entendidos porque utilizam pequeno elenco de palavras e expressões, eventualmente personalizadas, e sintaxe pobre. O recurso a repertório reduzido de perfis psicológicos (*tipos*), de situações dramáticas (*cenários*) e até mesmo de frases no diálogo (*chavões* e, nas comédias, *bordões*) possibilita aos redatores de novelas e programas humorísticos ritmo intenso de produção.

Mas essa mesma limitação do código reduz a amplitude de conteúdos a serem comunicados. O universo das notícias é o das aparências do mundo; o noticiário não permite o conhecimento essencial das coisas, objeto do estudo científico, da prática teórica, a não ser por eventuais aplicações a fatos concretos. Por detrás das notícias corre uma trama infinita de relações dialéticas e percursos subjetivos que elas, por definição, não abarcam.

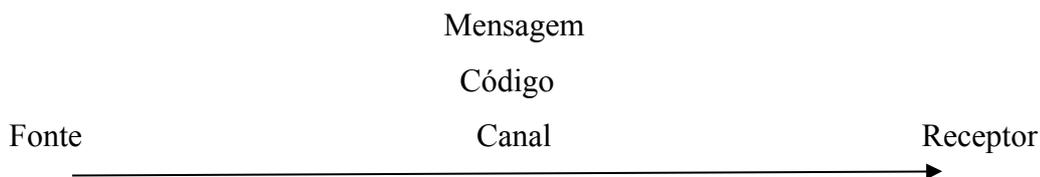
As restrições mais gerais do jornalismo noticioso referem-se à linguagem jornalística⁹, sobretudo quando impõe o uso de vocabulário e gramática tão coloquiais tanto possível nos limites do que se considera socialmente correto e adequado ao público a que se destina a informação. Normas de redação adicionais impedem o uso estilístico (intencionalmente significativo) de notações como as vírgulas; da mesma forma, regulam e geralmente suprimem pontos de exclamação, reticências etc.

O redator de uma notícia não é conhecido de quem irá consumir; mesmo quando assina seu texto, o nome provavelmente significará pouco ou nada para quem lê, ouve ou assiste ao noticiário. E o redator pode ter, no máximo, idéia estatística muito geral do conjunto dos receptores da mensagem. Nesse contexto, será inadequado dizer *eu*, como o personagem que encontrou um cadáver ao abrir a porta de casa: *eu* (a primeira pessoa verbal) passa a não fazer sentido. Nem de dirigir-se ao consumidor da informação como *vós*, *vocês* ou *os senhores*: essa forma de tratamento (na segunda pessoa ou na terceira pessoa substituindo a segunda, como ocorre na maior parte do Brasil) pressupõe outro tipo de relação com o público. O uso da referência em terceira pessoa real é obrigatório, a tal ponto que, modernamente, o jornal, emissora ou agência, quando envolvido no acontecimento que está expondo, chama a próprio pelo nome:

O repórter Fulano de Tal, da FOLHA DE ZINCO..” e não O nosso repórter Fulano de Tal..’

Os leitores da FOLHA DE ZINCO... e não Os nossos leitores ...

A impessoalidade do redator – ou do complexo editorial, uma vez que a notícia é freqüentemente reescrita, condensada, traduzida, submetida a critérios de edição - tem implicações também de ordem semântica. Para explicá-las, podemos partir de um modelo elementar de comunicação:



⁹ *Linguagem jornalística* é tema de outro livro desta série.

A mensagem é codificada e, através do canal, vai da fonte ao receptor. Ressalvamos o fato de que o sistema produtor de notícias não é, em sentido absoluto, uma fonte, mas um codificador inteligente, dotado de competência definida para intervir na mensagem, ao codificá-la; o receptor não é único, mas plural, indefinido e atuante¹⁰. Fonte e receptores estão imersos no meio social.

Ainda assim, o modelo nos serve para estabelecer relação com as funções da linguagem, para as quais adotamos a nomenclatura de Roman Jakobson (1896-1982):

a) corresponde à fonte a função *emotiva*;

b) corresponde ao receptor a função *conativa*;

c) corresponde ao canal a função *fática* que em jornalismo se atribui, em parte, ao que há de duradouro no grafismo, no estilo editorial ou de programação e, no mais, à verificação de índices como os de tiragem ou audiência;

d) corresponde ao código a função *metalingüística*, que consiste, principalmente, na predicação de itens léxicos¹¹, em informações adicionadas à notícia em si;

e) corresponde à mensagem a função *referencial*, isto é, aquela que se reporta, no caso, ao mundo objetivo, exterior ao processo de comunicação. A retórica da notícia é referencial, por definição. Nisto ela se opõe à publicidade, que tem retórica conativa. O modo verbal da notícia é, portanto, o Indicativo, enquanto, nos anúncios, predomina o imperativo, ainda que por variantes estratégicas¹².

A notícia pode comover, motivar revolta ou conformismo, agredir ou gratificar alguns de seus consumidores. Esses efeitos são apreciados e muitas vezes exagerados por quem se ocupa de política de comunicação ou psicologia social. Trata-se de um problema para o mecanismo de poder em que o veículo está inserido ou, na prática, para os *gatekeepers*, aqueles que decidem o que vai ou não ser publicado. Quem escreve a notícia tem postura ética distinta: sua preocupação é saber se a informação tem importância ou desperta interesse bastante para ser publicada e como ressaltar essa importância ou interesse mantendo a conformidade com os fatos.

¹⁰ Embora de uso freqüente, esse modelo, relacionado com a comunicação entre máquinas (telefones, rádio) descrita por Shanon e Weaver, é uma simplificação extrema, quando se aplica à comunicação humana, porque suprime uma série de fatores fundamentais envolvidos na percepção das mensagens.

¹¹ Estabelecimento de igualdade ou comparação entre um item léxico provavelmente desconhecido pelo receptor e outro que ele também provavelmente conhece.

¹² Por exemplo, associar o produto a algo positivo na perspectiva provável dos receptores e construir parasilogismos como “ser jovem é bom / o tênis é próprio dos jovens”, donde se espera que o eventual comprador conclua que “o tênis é bom”.

Sendo construção retórica referencial, a notícia trata das aparências do mundo. Conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém *pensou, imaginou, concebeu, sonhou*, mas o que alguém *disse, propôs, relatou* ou *confessou*. É também axiomática, isto é, se afirma como verdadeira: não argumenta, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade, numa notícia, é fraude ou erro.

A idéia de verdade está, aí, restrita ao conceito clássico de adequação do enunciado aos fatos¹³. Do ponto de vista técnico, a notícia não é avaliada por seu conteúdo moral, ético ou político; o que importa é se *de fato aconteceu aquilo* ou, no caso de uma entrevista, se o entrevistado *disse realmente aquilo*. Se bem que os jornalistas não estejam imunes (ninguém está) às contingências históricas, aos compromissos culturais e de classe, não há, em tese, notícias reacionárias ou progressistas, edificantes ou indecentes. Estas são avaliações que cabem aos fatos e personagens do mundo objetivo; fatos e personagens que existem ainda quando não noticiados.

Não basta *ser* verdadeiro; é preciso *parecer*. Daí a aversão a referências imprecisas. Não se escreve *alguns manifestantes* mas, sempre que possível, *10, 12 ou 15 manifestantes*. Não se diz que uma vila está *perto* de uma cidade; antes, procura-se informar qual a distância em quilômetros ou tempo de viagem. A placa do carro, a hora exata do desastre, o número de desabrigados pela enchente cumprem, no veículo de massa, um *efeito de realidade*.

O desconhecimento recíproco de quem redige e de quem consome a notícia reforça o empenho no detalhamento. O que será um *edifício alto* para o leitor? O que ele acha que um *edifício alto* é para o redator? Quando se escreve que o edifício tem tantos andares, elimina-se a perplexidade contida nessas perguntas. Em outras palavras, os adjetivos cuja referência varia de pessoa para pessoa são evitados. E, quando se tem que lidar com grandezas para as quais não há referencial de consenso (por exemplo, a capacidade de geração de uma usina hidrelétrica, considerando-se que o veículo não é dirigido a técnicos), torna-se conveniente utilizar comparações (por exemplo, "a usina é capaz de abastecer uma cidade de 50 mil habitantes").

Noção de lide e de documentação

¹³ Em Tomás de Aquino (1225-1274) e, antes, em Isaac ben Solomon Israeli (séculos IX- X: *adaequatio intellectus et res*)

O lide é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso, embora possa haver outros lides em seu corpo. Corresponde à primeira proposição de uma notícia radiofônica, ao texto lido pelo apresentador ou à deixa do apresentador ou a *cabeça* do repórter (quando ele aparece falando) no início de uma notícia em televisão.

Quanto ao conteúdo, o lide é o relato do fato principal de uma série, o que é mais importante ou mais interessante. Em sua forma clássica, e impressa, para verbos transitivos, é uma proposição completa no sentido aristotélico; ou seja, contém:

- a) o sujeito, uma locução, constituída de um nome, pronome ou sintagma nominal (LN₁)¹⁴;
- b) o predicado, ou seja, o *sintagma verbal* (LV), verbo ou locução verbal, acompanhado ou não de seu complemento, um *objeto direto* (LN₂) ou *indireto* (kLN₂). O símbolo *k* representa a preposição;
- c) as circunstâncias, ou *sintagmas circunstanciais* (LC) de tempo, lugar, modo /instrumento, causa /conseqüência.

A *documentação*, em um, dois ou mais parágrafos, é o complemento do lide, que detalha e acrescenta informações sobre a ação verbal em si, os sintagmas nominais, os sintagmas circunstanciais ou quaisquer de seus componentes.

O lide, na síntese acadêmica de Harold Laswell¹⁵, informa *quem fez o que, a quem, quando, onde, como, por que e para quê*. A documentação consiste em proposições adicionais sobre cada um desses termos.

Restrições verbais nos lides

Ao privilegiar as transformações que ocorrem no mundo objetivo, o *lide*, proposição principal da notícia, passa a obedecer a restrições verbais específicas. A primeira delas relaciona-se ao aspecto verbal.

A distinção de aspecto não é ressaltada, por algum misterioso motivo, nas gramáticas portuguesas, embora exista tanto no conteúdo semântico quanto na forma gramatical. O aspecto distingue o evento *perfectivo*, o que terminou ou terá terminado de acontecer, do *imperfectivo*, aquele que não se sabe se terminou ou terá terminado. Se digo *li o livro*, ou *terei lido o livro*, entende-se que terminei ou terei terminado de ler; se

¹⁴ A locução ou sintagma nominal é constituída de um núcleo (substantivo ou pronome) acompanhado ou não por artigo, adjetivo, locução adjetiva, oração subordinada adjetiva.

¹⁵ Harold Laswell (nascido em 1902) reproduz norma ditadas pelo orador romano Marcus Tullio Cícero (106 a.C – 43a.C), que, por sua vez, consolida afirmações de filósofos gregos.

digo *lia* o livro ou *estarei lendo* o livro, não informo se terminei ou terei terminado de ler em algum momento.

O presente concomitante (que se refere a um acontecimento em curso) é sempre imperfeito, e o mesmo ocorre com o presente freqüentativo (referente a acontecimentos que se repetem). Assim, é imperfeita a expressão *vou* ao cinema, tanto quando significa “estou indo ao cinema” quanto que dizer “costumo ir ao cinema”.

O futuro simples, explicitando intenção, probabilidade ou certeza, é considerado perfectivo, e o mesmo ocorre com o presente empregado em lugar do futuro (*vou amanhã* ao cinema, em lugar de *irei amanhã* ao cinema). Para maior especificação do aspecto, no entanto, será necessário empregar formas analíticas, com o auxílio de *ter* (*terei* ido) ou de *estar* (*estarei* indo).

O verbo central do lide, aquele que informa sobre a transformação ocorrida no mundo objetivo, é perfectivo. Isto significa que o lide irá:

- a) no pretérito perfeito, se a notícia é de fato acontecido;
- b) no futuro ou no futuro próximo (presente pelo futuro), se a notícia anuncia fato previsto;
- c) muito raramente no presente, mesmo na narrativa concomitante (de um repórter, no rádio ou televisão); neste caso, costuma ser modulado por verbo ou advérbio (...*acaba de* cair a chuva; ...*derruba* o adversário *agora*)

É que a técnica usual da notícia fragmenta os acontecimentos duradouros, de modo a apresentá-los por etapas concluídas. Assim:

- i) *A nave orbital Xangô III completou há meia hora sua terceira volta em torno da Terra...* e não *A nave orbital Xangô III circula em torno da Terra...*
- ii) *Dez soldados morreram até agora nos combates que se travam...* e não *Soldados estão morrendo nos combates que se travam...*

Do ponto de vista semântico, são imperfeitos, em qualquer tempo verbal, verbos que indicam ação continuada ou freqüentativa, como *continuar*, *permanecer*, *persistir* etc. A boa técnica os exclui, usualmente, da condição de verbos centrais nos lides. O que continua ou persiste não mudou e, portanto, não é notícia. Assim:

- i) *As águas atingiram o teto das casas na parte baixa da cidade de Xopotó ...e não As águas continuam subindo na cidade de Xopotó ...*

- ii) Os *representantes diplomáticos da Transilvânia e da Brumácia retiraram-se da sala de negociações...* e não *Persiste o impasse nas negociações entre a Transilvânia e a Brumácia ...*

Formas imperfectivas aparecem, no entanto, como construção eufemística para evitar uma notícia negativa. Em lugar “o líder religioso *não morreu*” (desastroso seria *ainda não morreu!*), escreve-se que ele *continua resistindo*. Trata-se, aí, de maneirismo, ou estratégia superficial na construção do texto.

No rádio e na televisão, acontece também de se misturar a notícia e a narrativa climática (na tevê, em geral, redundante), o que leva à confusão aparente de formas perfectivas e imperfectivas.

Campos semânticos verbais

As mudanças no mundo objetivo, que são assunto das notícias, correspondem a três campos semânticos: os *deslocamentos*, ao campo semântico de *ir*; as *transformações*, ao campo semântico de *fazer*; as *enunciações*, ao campo semântico de *dizer*. A notícia é o relato de deslocamentos, transformações ou enunciações observáveis no mundo e consideradas de interesse para o público.

Dependendo do ponto de vista do narrador, da natureza do percurso e do meio percorrido, o vasto campo semântico de *ir* inclui verbos como *partir, embarcar, levar, correr, andar, contornar, navegar, voar, pousar, aproximar-se, chegar* etc.¹⁶; o de *fazer*, *forjar, erguer, construir, matar*¹⁷ etc. O de *dizer*, *contar, responder, narrar* etc.

Entender uma proposição é construir dela um modelo subjetivo. Modelos mentais específicos não podem ser reproduzidos com exatidão com traços e setas, mas há possibilidade de representá-los quando se organizam em categorias gerais.

A modelagem dessas categorias determina a estrutura sintática das proposições. Assim, um deslocamento exige informar o que se desloca (o sistema de força) e, eventualmente, o que determina o deslocamento (o sistema de controle), e pelo menos um dos complementos direcionais (*de, para, a*¹⁸); “Levo a mala ao aeroporto”, “Vou a Roma”. A transformação de algo pressupõe, além daquilo que transforma, pelo menos um dentre dois componentes do modelo: o que se transforma e no que é transformado: “O engenho mói o trigo”; “O engenho mói a farinha”; “O engenho transforma o trigo em farinha”. Já

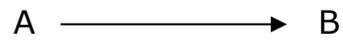
¹⁶ Esse modelo recobre também o sentido de verbos *benefactivos*, como *dar, doar, receber, entregar* etc.

¹⁷ O correspondente *morrer* é um verbo de processo, em que o sujeito não é agente, mas paciente da ação.

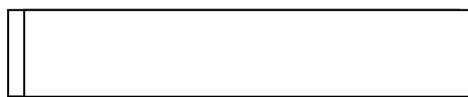
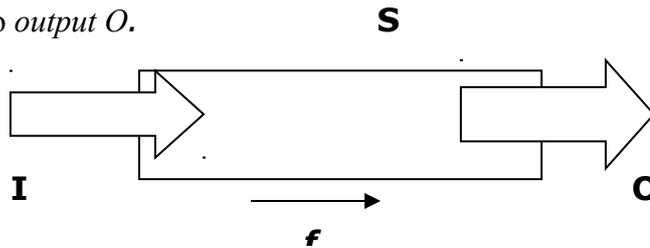
¹⁸ Note-se a diferença: em geral, quando vou para o lugar X, presume-se que ficarei lá algum tempo; quando vou ao lugar X, presume-se que vou e volto. A língua repele sinónimas perfeitas.

os sistemas de enunciação exigem a referência a quem enuncia, ao que é enunciado e, eventualmente, a quem é enunciado: “Ela disse *talvez*”, “Ela disse que pensará no assunto”, “Ela disse ao namorado que pensará no assunto”.

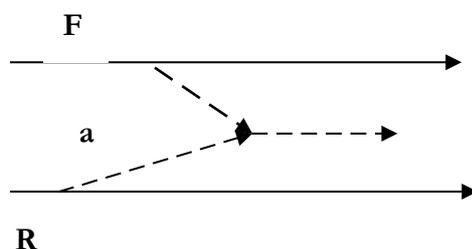
O modelo mais geral dos deslocamentos é o vetor



O modelo mais geral das transformações é o sistema S , no qual ingressa o *input* I e do qual sai o *output* O .



O modelo mais geral das enunciações é o em que uma fonte **F** codifica e emite uma informação é captada e decodificada pelo receptor **R** através de uma antena **a**¹⁹.



Os verbos do campo semântico de *dizer* descrevem esses eventos tendo em vista a perspectiva do observador, a natureza da informação, o tipo de codificação e a relação entre *F* e *R*.

Estrutura interna do lide clássico ²⁰

O lide, como proposição completa, está nucleado em uma locução verbal (LV) e contém um sujeito (LN₁), complementos do verbo (LN₂, kLN₃) e quatro ou cinco circunstâncias (LC₁, LC₂, LC₃, LC₄), duas das quais, as de tempo e espaço, são necessariamente explícitas ou implícitas em proposições relativas a qualquer evento.. No lide clássico, a regra específica para ordenação dessas notações compreende dois itens:

- a) não se começa pelo verbo;
- b) começa-se pelo sintagma nominal ou circunstancial mais importante.

Se o mais importante ou interessante é o sujeito (LN₁, sintagma nominal sujeito) ou a ação em si, começa-se geralmente pelo sujeito:

O Imperador J. Walter Moitta atropelou um urubu, ontem, em Cabo Kennedy, quando participava de seus habituais exercícios de guerra aérea no fim de semana, pilotando o trenó de Papai Noel..

O jogador José da Silva, meia-esquerda da equipe do Lulalá, da terceira divisão do Acre, quebrou a perna em um lance violento no jogo contra os Social Democratas do Alto Purus, realizado no campo da Selva, a 200 quilômetros de Nunca Mais.

¹⁹ Essa descrição dá conta do processo em geral, mas, como em outros pontos do livro, não se aplica isoladamente à comunicação humana, que é, na essência, inferencial, contextualizada

²⁰ A notação adotada aqui (LN, LV, SC etc.) é antiga: corresponde ao primeiro modelo teórico da Gramática Gerativa de Noam Chomsky, das décadas de 1950-1960. Embora não dê conta integralmente d sintaxe das sentença, serve aqui, por sua simplicidade, para fim de exposição didática.

Complemento de verbo pode haver ou não. Existe na maior parte dos verbos que expressam transformação e em alguns que expressam deslocamento (*levar, dar, receber*). Se o interesse maior ou a maior importância recai sobre o objeto direto (LN₂), a oração passa à voz passiva e o complemento, portanto, passa a ser sujeito:

Quinhentos mil hectares de matas amazônicas foram derrubados e queimados pela Companhia de Reflorestamento Belanatureza, que pretende criar gado em sua propriedade no Município de Desesperança, na margem esquerda do Rio Negro.

Nos casos em que o interesse maior ou a maior importância recaem sobre o objeto indireto (kLN₃), a solução é, em geral, semântica: recorre-se ao verbo que guarda relação de antonímia recíproca com o da primeira formulação. Relação desse tipo existe, por exemplo, entre os verbos *dar* e *receber*. Se uma criança deu um buquê de flores à rainha da Brumácia, ilustre visitante em torno da qual se mobilizam atenções mundanas ou diplomáticas, a notícia será algo assim:

A rainha da Brumácia, Vampira III, recebeu ontem, das mãos de uma pequena aluna da Escola Municipal Brumácia, no Bairro Paraíso, um buquê de flores ofertado pela colônia brumaciana no Estado de Tocantins.

A necessidade de ordenar a frase a partir da notação mais importante é tão imperiosa que levou, na prática, à subversão de algumas regras sintáticas aplicadas a verbos de regência indireta, como *assistir* (no sentido de quem assiste *a* um espetáculo). Embora, na ordem direta, os redatores costumem obedecer a essa regência, mantendo a preposição *a*, quase sempre a eliminam na voz passiva (*O espetáculo foi assistido...*), o que seria gramaticalmente inaceitável. É que não há sinônimo transitivo direto (*presenciar* tem sentido um pouco diferente e o que realmente importa é o sentido), nem verbo que guarde relação de antonímia recíproca com *assistir*. Esse tipo de anomalia já é consagrado para vários outros verbos.

Nos casos em que o interesse maior recai sobre um dos sintagmas circunstanciais (LC₁, LC₂, LC₃, LC₄), a solução pode ser uma simples anteposição do sintagma, que tecnicamente passa de *interno* para *externo*:

Junto à cerca eletrificada que protege a florescente plantação irrigada de melões da Fazenda Export Hills, em Quixadá, os fiscais da Secretaria de Agri-

cultura do Ceará contaram, ontem, duzentas carcaças de bois, mortos de fome em consequência da estiagem na região.

Mas nem sempre isso é possível, sem tornar o texto rebarbativo. É comum substituir a preposição que estabelece a relação circunstancial por um verbo relacional, como *causou, provocou, resultou*:

O emperramento de uma comporta na barragem de Mato Seco provocou a inundação de 1 200 hectares de plantações no município pernambucano de Exu, de anteontem para ontem.

Relações causais podem ser ainda representadas por sua coincidência temporal, resultado da ambigüidade seqüência / consequência:

Dez pessoas morreram quando um caminhão de retirantes que vinha do Nordeste para o Sul pela Rio-Bahia (BR 101) perdeu a direção e rolou um barranco, no quilômetro 117, perto de Vila Riqueza.

Lides sobre declarações

Na maior parte dos verbos de enunciação (há exceções, como *dizer-se, manifestar*), o objeto direto é constituído de uma proposição *P*. Os lides terão, portanto, dois elementos distintos:

- (a) a oração incompleta *d*, com sujeito (LN₁), verbo (LV) e circunstâncias (LC₁, LC₂, LC₃, LC₄), mas faltando o objeto direto (LN₂). Assim como "Fulano disse (ou *declarou, perguntou, afirmou, negou* etc.), em tais circunstâncias, ..."
- (b) a proposição *P*, que é o objeto direto do verbo de *d* e ocupa, portanto, o lugar de LN₂. É o que Fulano disse.

Nestes casos, há duas possibilidades: o *discurso direto* (*P, d*) e o *discurso indireto*, em que *P* é integrado em *d* por um relacionador *k*, em geral a conjunção *que*. A fórmula do discurso indireto seria, pois, *dKP*. Exemplificando:

Discurso direto:

.O monetarismo é doença profissional dos economistas, causada pelo bacilo Pecunia freedmani., disse o Dr. Livingstone I. Presume. da Universidade de Pasárgada, em conferência. ontem à tarde, no auditório da Bolsa de Valores do Piauí.

Discurso indireto:

O Dr. Livingstone I. Presume, da Universidade de Pasárgada, disse ontem, em conferência no auditório da Bolsa de Valores do Piauí, que *o monetarismo é doença profissional dos economistas* ... Para evitar que, no discurso indireto, a proposição *P*, correspondendo quase sempre à notação mais importante do lide²¹, seja precedida por uma série de circunstâncias pouco relevantes, é comum gruparem-se algumas dessas circunstâncias no segundo parágrafo da notícia, ou distribuí-los no corpo da matéria.

A proposição *P*, que corresponde à citação, pode ser uma transcrição literal, entre aspas, ou uma tradução para registro mais coloquial, ou menos técnico, do idioma, neste caso sem aspas. Se o juiz diz que *expedirá o alvará de soltura*, escreve-se que ele *mandará soltar* o acusado, e o paciente com *neoplasia no íleo*, conforme está escrito no diagnóstico, terá *câncer no intestino*; por mais que isso desagrade aos advogados e aos médicos, as expressões se equivalem, para os fins práticos de um leitor não-especialista.

De qualquer maneira, na norma culta portuguesa, o trecho colocado entre aspas no discurso direto terá seus verbos e pronomes adaptados para concordar com o restante do período. Assim:

Discurso direto:

“Venceremos a guerra sem derramar o sangue de nossos inimigos”, declarou, em pronunciamento, ontem, na Assembléia Geral das Nações Unidas, o Embaixador da Transilvânia, R. H. Drákula. E acrescentou: “Seria um desperdício”.

Discurso indireto:

O Embaixador da Transilvânia na ONU, R. H. Drákula, assegurou que seu país vencerá a guerra sem derramar o sangue de seus inimigos”, porque isso representaria “um desperdício”.

Uma forma de compor o compromisso de informar ao público com a fidelidade à citação de compreensão difícil consiste em traduzi-la para a linguagem jornalística, no lide, e transcrever o original, ou parte dele, em parágrafo seguinte, como documentação:

O general Pio Pacifico advertiu ontem que a conclusão dos acordos mundiais de paz causará o imediato desemprego de milhões de trabalhadores ocupados dire-

²¹ Isso não ocorre quando o entrevistado é mais importante do que o que ele disse. Por exemplo: em uma reportagem de televisão, o sobrevivente de um desastre aéreo faz comentário irrelevante ainda no lugar da queda do avião.

tamente pela indústria bélica, afora o caos social que resultará da rápida desmobilização de boa parte dos exércitos.

O general Pacifico discursou na solenidade de inauguração, na Fábrica de Piquete, no Estado do Rio, da linha de produção dos novos foguetes KO-13, capazes de desintegrar a Via Láctea em meio minuto, com um só disparo.

“O conagraçamento de políticos de frágeis convicções, com sua melíflua cantilena e utópicos ideais, reflete a intriga soez de conspiradores contumazes contra os trabalhadores” que, disse o militar, “aplicam-se diuturna e patrioticamente à nobre indústria de armamentos, bastião da tecnologia de ponta”.

Outros tipos de lide

Os manuais mencionam mais de uma dezena de tipos de lide, quase todos raros e que decorrem, de uma maneira ou de outra, do lide clássico: lide direto, lide-resumo, lide em itens etc.

Não é a situação do lide interpretativo, o qual tem aplicação em noticiários especializados. A interpretação, aí, costuma ser sintética e óbvia, porque a notícia não é texto adequado à análise mais profunda dos fatos, mas vai além da simples tradução das palavras e expressões, de um registro de linguagem para outro. Ocorre na cobertura de esportes, política, ciência e tecnologia etc.:

A Lei da Gravitação Universal, um dos mais sólidos princípios da Física, tornou-se uma teoria como outra qualquer, sujeita a ser considerada caso particular de outra teoria mais abrangente.

O astrônomo inglês T. Stormsky demonstrou, ontem, em São Paulo, ao atento auditório do IV Congresso Mundial de Astronomia, que certas partículas, em regiões remotas do Universo, desobedecem simplesmente à Lei.

Outro tipo de lide diferenciado é o lide narrativo, que aparece, às vezes, no noticiário geral. Trata-se de seqüência narrativa de poucas linhas, cujo final encerra uma surpresa - como na estrutura tradicional do conto:

Um vulto infantil que passeava no parapeito do 5º andar do Edifício Carminha, na esquina principal de Caiaguatatuba (SP), atraiu multidão, mobilizou os

bombeiros e terminou levando à delegacia o dono de um circo: era o anão acrobata, que se exibia para promover o espetáculo.

Organização do texto em coberturas jornalísticas

Lides e documentações podem ser arrumados de várias maneiras no texto impresso. Usualmente, os acontecimentos de um mesmo campo de interesse – uma greve, uma guerra – acumulam-se nas 24 horas do período de cobertura de um diário e se desenvolvem em diferentes locais: a fábrica, o sindicato, os tribunais, os escritórios, as ruas; as diversas frentes de combate, os quartéis-generais, os centros de comando político, os espaços de negociação. Há, portanto, vários lides, dos quais o primeiro é o que se considera o mais importante (L_1).

A mesma situação ocorre nos jornais da noite da televisão, quando uma série de acontecimentos, em diferentes horários e locais, deve ser grupada em uma só matéria. Trata-se da cobertura jornalística, que difere da notícia quando ao mecanismo de produção; o texto já não é de um repórter, mas de várias fontes; quem o consolida é geralmente um jornalista experiente. Havendo matéria exclusiva, de repórteres, correspondentes ou enviados especiais, ela geralmente é destacada em um texto que inclui informações de várias fontes, desde *press releases* (material de divulgação difundido por instituições) até matérias compradas de agências de notícias.. A estrutura, baseada na relevância (no caso, política) das informações, pode atingir certa complexidade²².

Contingências gráficas levaram os jornais brasileiros a preferir uma distribuição peculiar da matéria, com dois parágrafos precedendo o primeiro entretítulo²³. O segundo parágrafo ganhou o nome de sublide e ou complementa o lide principal ou corresponde ao segundo evento em importância (L_2). Seguem-se o primeiro entretítulo (E_1) e a primeira documentação (D_1), relativa ao lide L_1 ; o segundo entretítulo (E_2) e a documentação relativa ao sublide (D_2),

$$L_1 + L_2 + E_1 + D_1 + E_2 + D_2$$

²² O lingüista Teun Van Dijk constata isso ao estudar o texto da cobertura do assassinato do presidente cristão do Líbano, Bashir Gemayel, em 1982, e, posteriormente, em 1984, o noticiário do *New York Times* sobre 24 horas de ocorrências também no Líbano: o ataque à embaixada da Líbia, os esforços para reabrir a rodovia de Beirute a Sidon e a nomeação pelo Primeiro-ministro Rashid Karami de um comitê para negociar a libertação de reféns cristãos capturados por muçulmanos. (VAN DIJK, 1996,1999)

²³ Ou *intertítulo*.

Outros lides por acaso incluídos no texto costumam vir em seguida, eventualmente precedidos de entretítulos e acompanhados de suas documentações. Pode-se também – e é graficamente preferível em matérias extensas – introduzir com os lides adicionais (o terceiro, quarto, quinto) matérias que irão no pé da primeira (após a primeira), levando títulos próprios, mas subordinados, do ponto de vista editorial, ao primeiro: são as *sub-retrancas*.

Entretítulos de matéria constam de uma, duas ou três palavras e, na maioria dos jornais, são previstos para ocupar até uma linha de composição. O primeiro *lead* de uma matéria tem, no padrão mais comum, tamanho que corresponde a algo entre 210 e 350 toques (três e cinco linhas de 70 toques); o segundo parágrafo, ou *sublead*, acompanha aproximadamente o primeiro em tamanho.

Notícias sobre textos ou entrevistas

f. comum produzirem-se, tanto em jornais quanto em assessorias de imprensa, notícias com base em textos – de discursos, relatórios – ou então baseados em entrevista de um ou mais personagens que se considera importante ou é necessário citar.

O procedimento, aí, obedece a uma seqüência:

- a) ouve-se ou lê-se o depoimento ou texto, integralmente;
- b) assinalam-se as proposições principais;
- c) ordenam-se essas proposições principais da mais importante para a menos importante;
- d) constrói-se a matéria com a proposição mais importante, acompanhada das circunstâncias de produção do texto-base, ocupando o *lead*. Nos demais parágrafos, alternam-se construções em discurso direto e indireto. Varia-se, quando adequado, o verbo *dicendi* (*disse, afirmou, declarou, perguntou, manifestou-se* etc.), evitando, porém, formas opinativas de gosto duvidoso (*disparou, cuspiu, deixou escapar*). Os entretítulos são distribuídos como em qualquer outra notícia destinada à veiculação impressa;
- e) segmentos de interesse secundário podem ser suprimidos ou reduzidos a uma frase referencial (tal como *historiou os antecedentes...* ou *especificou as despesas pre-*

vistas...). Distribuem-se ao logo da matéria circunstâncias que não caibam no lide ou observações incidentais de uma entrevista noticiada.

Esse procedimento de resumo permite a produção de matérias de qualquer tamanho sobre texto-base ou entrevista, assegurando que as proposições mais importantes não sejam suprimidas.

O modelo aplica-se, em particular, ao armazenamento de informação redigida para bancos de dados ou, variando-se o critério de avaliação dos lides, para comunicação voltada para áreas profissionais específicas: dar conta a advogados de uma descoberta biológica ou física que pode ter conseqüências legais; a médicos de jurisprudência aplicável à sua prática; a engenheiros de pesquisa sociológica que se relaciona à construção civil, ao transporte, às telecomunicações, a portadores de algum tipo de deficiência física etc.. A necessidade de abordar assuntos de várias perspectivas científicas simultâneas tem tornado necessária esta forma de comunicação, que se faz, na escala adequada, com a intermediação de um especialista em transposição de linguagens técnicas para a norma culta consensual.

No jornal moderno, destinado ao público em geral, os fatos são abordados mais por seu aspecto social, econômico ou político. Mas certos setores de atividade, como a informática ou o direito, interferem a tal ponto na vida das pessoas que se torna indispensável manter cobertura permanente, penetrando até em detalhes técnicos. Por outro lado, computadores, som, cinema, televisão despertam interesse em aficionados que não são especialistas. Publicações especializadas, intervenções em congressos, documentos preparados para circulação restrita tornam-se fontes primárias importantes.

A resistência, cada vez menos intensa, de algumas áreas acadêmicas à penetração dos jornalistas em seus campos de conhecimento é residual: reflete apenas o isolamento em que permanecem com relação às atividades produtivas, nas quais esse convívio já se tomou há muito corriqueiro. E há também o componente autoritário de quem acha que lhe cabe ditar o que o povo deve saber, ou que parcela do povo tem direito a receber informações de seu particular interesse..

Seja como for, nem sempre a fonte é citada na notícia jornalística ou mesmo no *lide*. A menção toma-se dispensável quando se trata de informação não-polêmica, prestada por entidade ou em caráter oficial. A menção no lide é, pelo contrário, obrigatória

quando a proposição citada é opinativa, interpretativa ou informa sobre tema controverso.

A notícia fora do jornal-empresa

O pressuposto dessa descrição gramatical é o jornal-empresa, ou o órgão de grande tiragem mantido por entidade pública – uma religião, por exemplo. Há outros tipos de imprensa: o jornalismo comunitário e o que se pratica em cidades menores; o jornalismo sindical e sua contrapartida, os *house organs* destinados a empregados; os *news letters*, para clientes e fornecedores; o jornalismo doutrinário, político ou religioso.

Em todos esses, a notícia competirá com outros tipos de texto, desde os francamente opinativos até os que se destinam à promoção de eventos, de locais ou personagens, e à interpretação particular de fatos já divulgados pelos veículos de comunicação maiores. Dentre os textos essencialmente jornalísticos, o que mais pode ter aproveitamento, aí, é a reportagem, que aborda assuntos com maior durabilidade e permite tratamento específico.

A notícia restringe-se, então, ao anúncio e cobertura de fatos que não ultrapassam o interesse do grupo de leitores a que se destina a publicação. A captação de informação primária oferece dificuldades dados os pequenos orçamentos previstos: eis uma limitação grave para jornais que eventualmente pretendem oferecer alternativa ao leitor em geral e que se condenam, na realidade, a ser mero complemento.

A notícia no rádio e na televisão

A apresentação da notícia no rádio é, do ponto de vista sintático, menos complicada do que nos jornais. Como não existem títulos, os lides em *flash* (frases curtas com as notações principais) são de uso corrente. A documentação segue a cada lide e, salvo nos noticiários em forma de resenha ou *briefing* (no fim de noite, pela manhã ou em emissoras *all news*, que só transmitem matérias jornalísticas), a matéria não costuma conter muitos lides: o ponto forte do rádio continua sendo a rapidez da veiculação.

Além das normas específicas de linguagem e notação gráfica, o noticiário destinado a ser lido por um locutor caracteriza-se pela seleção das informações. Dados menos relevantes devem ser suprimidos, até porque o ouvinte não tem possibilidade de recuperar a informação já transmitida e só pode contar com sua memória auditiva. A aten-

ção muito raramente estará toda voltada para o programa: ouve-se rádio trabalhando, dirigindo automóvel, até caminhando na rua, no supermercado ou na estação de metrô.

A cobertura gravada ou transmitida ao vivo pode passar dados emocionais ou empáticos através da entonação da voz, do ritmo da fala, do ambiente sonoro. Entrevistas têm quase sempre a forma de perguntas e respostas; trechos de depoimentos e discursos costumam ser utilizados como documentação de proposições sintéticas que o jornalista intercala na edição.

Mas o jornalismo radiofônico não escapa da regra geral: em AM, FM ou rádios na internet, quanto menos se improvisar, melhor. O ideal é escrever antes o que se vai dizer; se a missão é acompanhar um evento, narrando-o, deve-se dispor de todo material que puder ser pesquisado previamente: biografias, históricos, perfis, roteiros de desfiles. A fala vazia, para ocupar tempo, é desastrosa.

O mesmo se pode dizer da televisão, onde o quadro é mais complexo. Aí, nem a descrição funciona, porque se estará dizendo algo que o espectador vê. Nos telejornais, o lide aparece na voz do apresentador, mostrado no estúdio, ou na *cabeça* gravada, em que o repórter aparece no vídeo, falando na locação do acontecimento. A empatia é de natureza diversa: predominam os elementos visuais. A imaginação do espectador é menos solicitada; no rádio, ele pode *adivinhar* rostos, paisagens, situações que a televisão *mostra*. O veículo é *transparente*, proporcionando situações não inteiramente controláveis, porque revela muita coisa em gestos e atitudes, e mobiliza por inteiro a atenção de quem assiste ao noticiário: não se pode ver televisão e escrever ou cozinhar, ao mesmo tempo, sem correr sérios riscos.

Cabeças, por erro freqüente de editoria, podem repetir o *lide* já lido, com pequena variação de palavras, pelo apresentador. Este tende a ser considerado pelo público mais ingênuo como "repórter" extraordinariamente bem informado, porque *diz* todas as notícias - embora, na verdade, elas tenham sido previamente escritas e apareçam no *teletypewriter*, aparelho colocado no local da câmara. Nos primeiros telejornais, a estrutura era ditada pelo texto e as imagens, quando havia, dispostas segundo a referência a lugar, pessoa ou evento - tudo como nos audiovisuais de diapositivos (*slides*) ou, modernamente, a apresentações em *power point*. Isso, que ainda acontece hoje em vários casos, deriva da origem radiofônica da televisão.

Mas a tevê não descende apenas do rádio: ao noticiário primitivamente lido de olhos fixos, vieram acrescentar-se imagens em movimento, gravadas em teipe e editadas à maneira do cinema. A herança cinematográfica determina que essas seqüências sejam dispostas de modo a contar a história *do começo para o fim*. A narração em *off* (sem que o narrador apareça) tem a única função de identificar e caracterizar ambientes ou personagens; pode nem existir, substituída pelo som local e por breves legendas sobrepostas. O domínio é da informação visual, mas, do ponto de vista da estrutura, as imagens em movimento, da maneira como se organizam, nada mais são do que documentações atraentes e privilegiadas.

A entrevista é o terceiro segmento de uma notícia televisiva. Pelo critério jornalístico, só deveria ser incluída quando realmente importante para a notícia. Mas os poderosos, os influentes, gostam de falar na televisão, veículo que exerce sobre eles grande fascínio na medida do poder que lhe atribuem. No pós-guerra, a tevê surgiu como algo que incorporava o imediatismo do rádio e a força empática do cinema, instrumentos básicos da propaganda política dos anos 30. Isso explica a abundância de entrevistas áulicas, promocionais. E há também a preocupação de *interpretar* os fatos: à aparência que assusta juntam-se interpretações que confortam e, supõem os *gatekeepers*, evitam que o público tire conclusões inconvenientes – diria um crítico mordaz, *as verdadeiras*..

Alguns equívocos estão embutidos nesta visão que se tem da TV. Em primeiro lugar, o costume de ver os fatos serem interpretados de maneira unilateral conduz à desconfiança nos intérpretes. E a transparência do veículo faz com que a aparição no cinescópio possa representar, para uns, passo adiante tão grande quanto, para outros, retrocesso irreversível.

Daí do se conclui que, enquanto a notícia impressa tem uma forma que se desenvolveu ao longo do tempo e reflete determinado tipo de organização da sociedade, a notícia em televisão é algo ainda em processo e sujeita a variações estilísticas²⁴. Nela se articulam estruturas de difícil compatibilidade, como a exposição por ordem decrescente de importância, a narração em seqüências temporais e a interpretação conceitual que *fecha* o discurso, eventualmente suprimindo a estimulante ambigüidade da imagem.

²⁴ Por exemplo, efeitos especiais em matérias sobre esporte; infografia associada a imagens em matérias sobre cosmonáutica; demonstrações didáticas em reportagens-serviço, como as sobre culinária, medicina clínica etc.

O problema não é exclusivo do jornalismo: a televisão realiza, mais do que qualquer outro meio, o projeto teórico de uma sociedade em que um sistema transmissor dirige-se à multidão dispersa de cidadãos inertes e passivos. Se alcança ou não esse estágio, é tema de investigação teórica, aparentemente específico de dada situação, mas muito mais raro do que se pensa.

Existirá essa massa? Será ela definida por grau de escolaridade, como supõe a distribuição dos programas em faixas horárias, de modo que os mais perigosos e complicados - pelo erotismo sempre teatralizado, pela exposição de violência, pela veemência do discurso político, pelo grau de abstração - ficam fora do alcance dos trabalhadores em geral, que dormem mais cedo? A resposta é *não*. A experiência de quatro séculos de imprensa mostra que o público pode ignorar métodos e fatos, pode ser crédulo e de boa fé, mas não é tolo. E, se fosse, não teria o menor sentido pensar em democracia, isto é, em dar-lhe o poder, em última e decisiva instância.

A notícia em tempo de transição

Consideremos as principais inovações tecnológicas que, no último meio século, provocaram mudanças radicais na produção de informação e entretenimento em diferentes veículos no Brasil:

Década de 1950: A cor chega a páginas internas dos magazines de atualidades. Generaliza-se a distribuição de jornais e revistas por via aérea. O aprimoramento das câmaras fotográficas e das técnicas de impressão possibilita o melhor aproveitamento de fotos na imprensa em geral. Implanta-se a noção de projeto gráfico. O rádio *broadcasting* impera, mas a ruidosa platéia dos programas de auditório passa a ser discriminada: são as “macacas de auditório”. Surge a televisão. A indústria do disco fonográfico sofre radical desnacionalização.

Década de 1960: Desaparece o subsídio do papel, reduzindo-se, assim, a pluralidade de jornais em cada cidade ou região metropolitana. A televisão amplia seu alcance e abala a estrutura do rádio *broadcasting*, que acentua a decadência ao longo da década. O videoteipe surge, em máquinas muito grandes, caras e com fitas de duas polegadas de largura. O jornalismo de televisão passa a utilizar câmeras CP, com captação de som magnético no filme, embora defasada da imagem 18 fotogramas. Implantam-se canais de microondas. As imagens do noticiário internacional começam a chegar via satélite. Surgem as escolas de comunicação, substituindo as então raras escolas de jornalismo.

Década de 1970: Inicia-se a era das impressoras ofsete de grande capacidade para jornais. As máquinas linotipo e a composição em linhas de chumbo e antimônio são substituídas pela composição ótica e colagem das matérias (*paste-up*). Surge no Brasil a televisão colorida, com a adoção do sistema PAL-M, variante com 60 quadros por segundo do sistema alemão PAL-G. Generaliza-se a recepção de imagens via satélite Intelsat, operado por um consórcio internacional desde 1964. Na segunda metade da década, aparecem os gravadores de teipe portáteis, com fitas de $\frac{3}{4}$ de polegada. O rádio abre novos horizontes graças ao radinho de pilha.

Década de 1980: A composição gráfica passa a ser feita em computador e desenvolve-se a transição para a montagem de páginas gráficas usando *softwares* especialistas. Operam regularmente os satélites Brasilsat de primeira geração, cobrindo o território nacional. As fitas de videoteipe encolhem para meia polegada, com dois sistemas operando ao mesmo tempo: o Beta, de melhor qualidade, e o LVHS, de menor custo. As câmaras passam a embutir gravadores de som e imagem (*camcorders*). O rádio FM se expande e as emissoras AM passam a operar mais amplamente com informação e audiência popular, enquanto as ondas curtas perdem ouvintes, até por falta de receptores.

Década de 1990: Segunda geração de satélites Brasilsat. Surge a internet, que se expande rapidamente. Os computadores tornam-se eletrodomésticos de multiuso, abrindo a possibilidade de comunicação interativa; multiplicam sua capacidade de memória e velocidade de processamento. Inicia-se a digitalização intensiva dos equipamentos eletrônicos. Surgem no mercado as primeiras máquinas fotográficas digitais. Generaliza-se a gravação em CD-ROM e renuncia-se a era da imagem digitalizada em DVD. A televisão paga – via cabo ou satélite – amplia o número de canais para centenas, exibindo programação nacional e estrangeira.

Década de 2000: Aprofunda-se a crise dos impressos, particularmente dos de informação geral. A televisão inicia seu processo rumo à alta definição, à digitalização completa e à interatividade. Generaliza-se a banda larga e os computadores capazes de editar imagens em movimento. A internet universaliza e amplia o tráfego multipolar da informação.

Em suma, em 50 anos o trajeto da informação midiática transformou-se mais do que nos 500 anos que a precederam – desde a utilização por Gutenberg dos tipos móveis para impressão da Bíblia de Mogúncia.

A adaptação das técnicas produtivas a esses novos cenários não deixou de ser traumática.. Nas áreas de maior tradição – jornais impressos, seguramente – , a resistência era e é forte: na maioria dos casos, as notícias dos diários avançam o mínimo em relação a informações já difundidas pelo rádio, a televisão e a internet. Os meios jornalísticos resistem à idéia de agregar tecnologia a seu produto, o que implicaria utilizar amplamente bancos de dados para os assuntos de interesse durável e infográficos como recurso rotineiro para difundir informação sobre valores numéricos, percursos etc. A censura ressurgiu em itens pontuais, como a cobertura das guerras: apóia-se em discursos patrióticos, de orgulho étnico, de conteúdo humanitário etc.

Notícia e reportagem

Terá longo futuro a notícia em jornal diário? Bastará a notícia no futuro? Provavelmente não. Sua sobrevivência depende do grau de controle político e do desenvolvimento da mídia eletrônica, que é mais veloz, eficiente e não gasta papel. Mas a notícia escrita sobreviverá em veículos especializados, ainda que chegue ao consumidor por via eletrônica, impressa em casa ou projetada em terminais de vídeo: para muitas áreas de conhecimento abstrato, a letra é a melhor maneira de preservar e a leitura é a melhor maneira de adquirir informação e documentação sobre as transformações que ocorrem, na ciência, artes e legislação..

O futuro do jornal parece estar mais ligado à reportagem. Esta palavra tem dois sentidos: por um lado, designa o setor das redações que trata da apuração e codificação de dados, em geral; por outro, um gênero jornalístico diferente da notícia por vários aspectos. O primeiro deles é que a reportagem não cuida da cobertura de um fato singular ou de uma série de fatos, mas do levantamento *de um assunto* ou relato de um episódio complexo conforme ângulo preestabelecido. Noticia-se que um governo foi deposto; fazem-se reportagens sobre a crise político-institucional, econômica, social, sobre a reconfiguração das relações internacionais determinada pela substituição do governante, so-

bre a conspiração que levou ao golpe, sobre um ou vários personagens envolvidos no episódio etc.

A distância entre reportagem e notícia estabelece-se, na prática, a partir da *pauta*, isto é, do projeto de texto. Para as notícias, as pautas são apenas indicações de fatos programados, da continuação (suíte) de eventos já ocorridos e dos quais se espera desdobramento. No restante, os sistemas de captação de notícias mantêm contato permanente com os setores que registram primeiro acontecimentos de interesse público, desde o parlamento até a delegacia de polícia.

Reportagens supõem outro nível de planejamento. Os assuntos estão sempre disponíveis (a informação é matéria-prima abundante, como o ar, e não carente, como o petróleo) e podem ou não ser atualizados (ou tornados oportunos) por um acontecimento. Faz-se reportagem sobre a situação da classe operária, a propósito de uma onda de greves ou sem qualquer motivo especial. A pauta deve indicar de que maneira o assunto será abordado (a linha editorial), prever que tipo e quantas ilustrações, o tempo de apuração, os deslocamentos da equipe, o tamanho e até a *linha editorial* da matéria; para tudo isso, é preciso dispor de dados.

O estilo da reportagem é menos rígido do que o da notícia: varia com o veículo, o público, o assunto. Podem-se dispor as informações por ordem decrescente de importância, mas também narrar uma história, como fragmento de um romance. As revistas ilustradas costumam tomar como ponto de partida para o texto as fotografias do *layout* (o editor de uma revista ilustrada é mais editor de fotografias do que de texto); em certos casos, admite-se que o repórter conte o que viu na primeira pessoa. A linguagem também é mais livre: os *novos jornalistas* americanos (Jimmy Breslin, Norman Mailer, Truman Capote, Tom Wolf) propuseram, no pós-Segunda Guerra Mundial, adotar técnicas literárias para abordagem mais humana e reveladora da realidade.

Há reportagens em que predominam a investigação e o levantamento de dados; em outras, a interpretação. O jornalismo interpretativo esteve muito em moda, mas está longe de ser panacéia para a crise dos veículos impressos: a interpretação será feita de uma perspectiva (econômica, jurídica etc.), o que a torna uma espécie de aplicação de um conhecimento ao caso prático; envolve métodos de análise (na economia, há interpretações estruturalistas, monetaristas etc.). A autoria passa a ser importante: a reportagem essencialmente interpretativa está a um passo do artigo, e não é por acaso que os

meios acadêmicos manifestam tanto entusiasmo por ela. A interpretação envolve, afinal, certa competência analítica que poucos realmente têm e muitos, por presunção, se atribuem.

De qualquer maneira, existe sempre alguma interpretação nas reportagens. O importante é que se respeitem os fatos, dos quais não se pode discordar, e se dê ao leitor, com humildade, o direito de avaliá-los segundo seu próprio repertório, seus valores.

A estrutura da reportagem nos magazines

Uma das estruturas mais freqüentes nas reportagens de revistas de informação geral e suplementos não difere essencialmente da técnica adotada em relatórios ou textos didáticos. Trata-se de organizar os dados a partir de proposições conceituais, os *tópicos frasais* ou *sentenças-tópico*, que irão introduzir os parágrafos ou grupos de parágrafos. Cada tópico frasal desses, de natureza mais genérica, lidera um relato de história ou exposição de dados – uma e outros funcionando como documentação:

O estado do paciente agravou-se. Sua pressão caiu a oito por cinco, sua temperatura é de mais de 39 graus e não cede. Os médicos, reservadamente, admitem que, caso a infecção persista, terão de adotar formas de tratamento mais e mais arriscadas.

Ou então:

Foi um dia trágico. Logo pela manhã, o tiroteio entre milicianos cristãos, sunitas, xiitas, drusos e palestinos, deixou em chamas todo um bairro de Beirute. À tarde, vieram notícias de nova retaliação israelense no Sul, com a morte de 43 pessoas. Por todo o tempo, no Palácio do Governo, funcionários desolados especulavam sobre a iminente renúncia do gabinete, que terminou não acontecendo.

Nestes exemplos, *O estado do paciente agravou-se* e *foi um dia trágico* são tópicos frasais e o restante, documentações. Como uma das funções desses tópicos é promover a leitura do texto que se segue, podem ser sentenças em que falta alguma notação essencial, que despertam a curiosidade sobre esse vazio de informação (*Por que um dia trágico?*) Ou então estruturas fundadas na antítese, que sugere a desarticulação da ordem normal das coisas:

O assassinato de um apagado arquiduque do império austro-húngaro, que só por isso obteve espaço na história política europeia, mergulhou o mundo na primeira grande guerra deste século. A luta prolongou-se de 1914 até 1918...

No exemplo, o primeiro período exemplifica essa estrutura antitética, cuja origem conhecida está na mais antiga literatura grega. Na abertura da matéria, pode-se também contar uma pequena história verdadeira e que reflita o tom geral da reportagem – alegria, tristeza, esperança – ou defina os atores – políticos, os militares, guerrilheiros...

A política da notícia

O entendimento do papel político e social da notícia tende a se alinhar em duas vertentes: a que ressalta o *direito à informação* e a que destaca a *liberdade de informar*.

A primeira dessas proposições consolidou-se com o relatório de uma comissão da Unesco (órgão das Nações Unidas), presidida por Sean MacBride, que teve grande repercussão em meados da década de 1970²⁵. Sua base é a crítica do sistema de controle de informação implantado no Ocidente ao longo dos últimos 150 anos e de seu uso como instrumento de dominação, em escala planetária, a partir da Segunda Guerra Mundial. Mantido o ponto de vista, pode-se afirmar que essa utilização acentuou-se com o desaparecimento da União Soviética e a imposição de um mundo politicamente unipolar e economicamente dominado por estruturas difusas ou *frouxas*.

Não se trata apenas de problema jornalístico, mas de processo que inclui informação tecnológica e cultural – instrumento que centraliza em alguns países, e em particular nos Estados Unidos, os nós que controlam a rede de circulação mundial de dados. Os países periféricos, sobretudo os do Hemisfério Sul, não só perdem sua capacidade de produzir conhecimento técnico e preservar um percurso cultural autônomo, como ficam impedidos de selecionar, entre as possibilidades existentes para solução de seus problemas, aquelas que mais lhes convêm.

No caso do tráfego de notícias, calcula-se que 80% daquelas que chegam a regiões como a América Latina são processadas e selecionadas em Nova York. Nações vizinhas desconhecem-se, o que estimula convenientemente as rivalidades, impede o desenvolvimento do comércio regional e torna o patriotismo um discurso cujo sentido se es-

²⁵ UNESCO (Comissão MacBride). *Um mundo, muitas vozes*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983.

vazia à medida que se atingem parcelas de público mais informadas e, portanto, mais atuantes – e céticas.

Estaria aí o núcleo de um sistema que retira das comunidades e dos povos o direito ao autoconhecimento e à seleção da informação cultural e técnica que consome – o *direito à informação*, em suma. Esse discurso crítico mostrou-se tão contundente que a Unesco sofreu, na época, pressões como o corte de contribuições para seu custeio, e tornou-se alvo do ataque generalizado das empresas e governos associados a esse grande mecanismo de *marketing* de bens simbólicos.

Esses ataques, contraditoriamente, contribuíram para tornar mais conhecido o Relatório MacBride e indicaram que ele tocou num ponto particularmente sensível da ordem estabelecida. Observou-se, então, que muitos aspectos da situação descrita no relatório reproduzem-se na circulação interna de informações, em cada país. No Brasil, por exemplo, as redes de televisão e as três ou quatro veículos nacionais de notícias operam com base nos valores da classe consumidora de bens duráveis do Rio e de São Paulo: a centralização do controle obedece a critérios tanto sociais quanto geográficos. Isto resultou na transformação de empresas jornalísticas regionais importantes em meras produtoras ou repetidoras.

Os ataques ao relatório da Unesco basearam-se no argumento de que, ao atribuir a cada país o controle da informação que circula em seu território, ele advoga uma política de censura e coloca, na prática, os veículos de comunicação sob o domínio dos governos. Seria, dessa perspectiva, a liquidação do estado liberal. Estaria ameaçada a *liberdade de informar*.

A questão pode ser vista de outro ângulo. A informação tornou-se tão abundante que se torna obrigatório selecioná-la. Quem fizer a seleção deterá parcela significativa de poder, sejam governos, empresas nacionais ou internacionais. Os critérios tradicionais do *marketing* de notícias – o sensacionalismo, a imparcialidade que pretende trazer o mundo às mãos do consumidor, em algumas páginas ou em alguns minutos – não situam esta questão básica. O direito individual de escolha entre os veículos esgota-se nas possibilidades que são oferecidas, e a padronização faz com que eles se pareçam, ou se comportem de maneira unânime nos temas fundamentais.

Se a capacidade de decisão de cada pessoa depende das informações que recebe e se a democracia é o exercício do poder, em última instância, por essas pessoas, não há

dúvida quanto à necessidade de diversificar o fluxo de informação e estabelecer critérios mais adequados de seleção. Não se trata de competição entre sistemas políticos; trata-se de contingência da sociedade industrial.

A era da internet

É neste quadro que se impõe a internet e, a partir dela, a possibilidade de comunicação interativa em larga escala. Isso significa contemplar antiga aspiração revolucionária²⁶: a de transformar qualquer cidadão em portador de mensagens que faz chegar à comunidade, à nação ou ao universo. A multipolaridade passa a ser requisito de novos veículos projetados, como, no Brasil, a tevê digital interativa.

A experiência acumulada nos anos que se seguiram à aparição pública da internet, antes restrita meios militares e acadêmicos, é ambígua quanto a esta questão. Em alguns poucos casos, foi realmente importante, dando voz aos que aparentemente não a tinham: tornou mais visível a pornografia e o erotismo, bem como suas perversões; determinou uma simplificação de linguagem que é quase um código universal; silenciou algumas mentiras e idealizações falsas sobre a natureza e as culturas humanas; deu voz, portanto, a quem não a tinha..

No entanto, em muitos outros casos, comprova-se que o uso da rede depende não só de alguma competência específica (saber escrever textos interessantes e compreensíveis, ricos de informação; dispor do computador, de espaço em algum servidor; dominar minimamente algumas técnicas), mas de uma relação não intimista nem corriqueira com o tema das mensagens. Desse ponto de vista, a interatividade não parece ter adquirido até agora a importância que lhe atribuíram: centenas de milhões de páginas pessoais, incluindo modelos padronizados ou *blogs*, dividem-se entre páginas profissionais (de professores, jornalistas, porta-vozes de grupos ideológicos) e páginas efetivamente pessoais, estas repletas de reflexões privadas, informações sobre si próprio etc. – de reduzido interesse público.

Os primeiros sítios da Internet, em meados da década de 1990, eram projetos gráficos eventualmente arrojados, mas sem conteúdo mais significativo, ou então depósitos de textos a granel, sem maiores cuidados. Imaginava-se a rede como arquivo de dimensão infinita (o que ela também é) ou como espaço de realização artística, tal que o

²⁶ Por exemplo, pelo teatrólogo alemão Bertold Brecht (1858-1956)..

feito se resumiria apenas em oferecer uma página de abertura com identidade e beleza gráficas.

Com o tempo, a frequência a sítios (*sites*) passou a concentrar-se em algumas categorias:

- Fontes consagradas: museus como o Louvre ou o Museu de Arte de Nova York; bibliotecas, como a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos; universidades, como Havard ou o Massachussets Institute of Technology;
- Páginas de veículos mais tradicionais: *The New York Times*, por exemplo, *Financial Times*, *The Economist* e, no Brasil, *O Globo* ou *O Estado de São Paulo*;
- Páginas de provedores de internet que cuidaram de agregar informação a seus portais;
- Empreendimentos de pequena escala em que noticiário estritamente de interesse local ganha o mundo, atingindo não só residentes mas aqueles que, sendo de uma região, passam algum tempo em outra parte;
- Páginas dedicadas a erotismo e sexo;
- Páginas dedicadas a comércio eletrônico, destacando-se livrarias e empresas fornecedoras de softwares.

Sítios especializados em sexo tiveram papel importante no desenvolvimento do acesso livre à internet, como criadores de recursos técnicos e desbravadores do segmento de comércio eletrônico, em que havia sérias dificuldades operacionais. A primeira delas relaciona-se com a tributação e o custo do transporte internacional: a solução veio com o consentimento tácito dos governos de arcar com o prejuízo. Outra, a falta de segurança das operações comerciais sem a confirmação do comprador – assinatura no *ticket* de contrafê; aí, as empresas de crédito tiveram que ceder, livrando o comprador de responsabilidade em caso de fraude.

Atingido número bastante elevado de operações, pode-se formar um quadro em que aparecem destacados os sítios que atendem à demanda reprimida de assuntos ligados a sexo e, logo em seguida, as páginas de informação jornalística.

A convergência dos mídias

O computador fez convergir para uma única máquina os sistemas de controle de todos os meios de comunicação, tornando os sistemas de produção (impressoras, rede telefônica ou de cabos, transmissores) meros periféricos dessas máquinas. Mas a internet, que se desdobra, por exemplo, em voz sobre IP (telefonia via web) e, em futuro próximo, em vídeo de alta qualidade sobre IP, tende a ser também instrumento de apuração de informações.

Não é ainda o modo de operação de empresas de comunicação, mas o que se pode esperar é a compressão das redações em equipes de apuração e produção de mensagens para diferentes mídias, com mais de uma linguagem. Assim, um correspondente, sob certas condições, cobriria sozinho um conflito em país remoto, para o rádio, a televisão, a internet e impressos, enviando informação oral, escrita e imagens; caberia a colegas seus, na sede, processar essas mensagens na linguagem específica do meio.

Na internet atual, o som e imagem em movimento são usados secundariamente porque boa parte dos computadores disponíveis pelo público ou não tem placa de som (o que é comum em escritórios, por exemplo) ou são modelos relativamente antigos (é impossível competir com a rapidez da mudança tecnologia), com pequena velocidade de processamento para arquivos de vídeo, embora estes sejam cada vez mais compactados.

Quanto às páginas em si, a tendência de arrumá-las por editoria, dispondo as matérias em chamadas, que se unem por enlaces (*hiperlink*) a informações breves em linguagem simples, quase coloquial, como as da televisão. Um terceiro enlace costuma conduzir a textos maiores, fotos, vídeos e som, se houver. Em quarto nível podem ser acessados documentos e informações técnicas sobre o assunto, se for o caso.

As possibilidades, no entanto, vão muito além disso. A internet é um meio de comunicação disponível para o tráfego de qualquer produto virtual; põe em risco não apenas preconceitos, mas também institutos poderosos, como direitos autorais e patentes, para os quais será difícil encontrar substituto. O clima liberal que sugere é elemento contraditório, porque assusta e desperta reações raivosas de conservadores de todos os matizes.

No entanto, se a capacidade de decisão de cada pessoa depende das informações que recebe e se a democracia é o exercício do poder, em última instância, por essas pessoas, não há dúvida quanto à necessidade de diversificar o fluxo de informação e descentralizar os critérios de seleção sem reduzi-los a simples escolhas entre alternativas

equivalentes ou pré-determinação dos assuntos com base em experiências anteriores (o fato de alguém preferir esportes não significa que ele não esteja interessado em algo imprevisível e importante na área da economia) . Neste sentido, a internet é um grande avanço, tanto quanto seria imenso recuo o êxito em contê-la nos limites de uma lei ou ajuste entre países. Não se trata de formular uma política liberal, mas de atender a uma exigência do tipo de sociedade em que vivemos – a sociedade industrial madura.

Quanto a afastar os jornalistas desse processo, julgando que sua função independente de qualquer profissionalismo ou habilitação, é apenas ingênuo. Equivale a supor que, com a alfabetização em massa, seriam dispensados os escritores. Considerar os jornalistas responsáveis ou cúmplices das deformações no sistema de informação pública é um erro de pessoa, equivalente a culpar os físicos pela bomba atômica ou os homossexuais pela existência das doenças sexualmente transmissíveis..

O jornalismo é hoje atividade especializada e tenderá a ser cada vez mais, independente da orientação ideológica que venha a ser hegemônica. Permitir a participação do público é boa estratégia, embora, como a interatividade permitirá ver, a maioria das pessoas não se motive nem se habilite a esse tipo de intervenção de maneira a beneficiar a comunidade: a organização social já canalizou a informação para fontes primárias a que o cidadão comum não tem nem poderia ter acesso. Quem duvida, tente ler um Orçamento da República, o *paper* sobre uma novidade em astronomia; vá ao palácio e procure interrogar o príncipe.

4

Vocabulário crítico

Abertura: início de matéria impressa, após o título. Pode ser um *lead* ou *cabeça* de matéria impressa. Em rádio e tevê, início de programa que inclui título e créditos principais.

Ação: conjunto de eventos de uma narrativa. No texto narrativo linear, corresponde aos núcleos verbais que sustentam a continuidade da seqüência.

Agência de notícias: organização que processa e distribui informação jornalística.. As grandes agências internacionais remetem seu material às matrizes, que o selecionam e redistribuem pelo mundo. Na América Latina, o setor é dominado pelas agências AP (americana), FP (francesa) e Reuters (inglesa).

Analógico: representação de um processo qualquer por outro mais simples. As ranhuras dos discos de vinil, bem como das fitas de vídeo antigas (Beta e VHS), são analógicas porque variam de acordo com as características (altura e timbre do som, intensidade da luz) do som ou imagem que devem preservar para ser reproduzido nos alto-falantes ou nos tubos de imagem.

Apresentador: jornalista que apresenta telejornais com habilitação específica: participa da preparação e edição do programa e, no vídeo, acrescenta informações que preparou, realça ângulos interessantes e interpreta dados. Distingue-se do apresentador convencional, que, no início da televisão, era um radialista com boa dicção, bela voz e aparência adequada..

Antetítulo: palavra ou frase que, no jornalismo impresso, é colocada antes ou acima do título da matéria, para introduzi-la e complementá-la. Nome indicativo do assunto de matéria matérias em uma página, colocado antes do título. No Sul, o mesmo que *cartola*.

Antítese: figura de linguagem que se baseia na aproximação de palavras ou expressões contraditórias para ressaltar um paradoxo.

Ao vivo: transmissão direta, do estúdio ou de externa, em tevê. Para transmissão de eventos externos, usa-se a UM (Unidade Móvel, caminhão de externa) ou a ENG (conjunto emissor simplificado, em geral com apenas uma câmara, e unidade receptora-processadora montada na estação). Não se tem idéia de até onde a tecnologia modificará esses procedimentos, no quadro da tevê digital interativa (TVDI), da digitalização completa e dos avanços em telecomunicações.

Apresentador: ver *Anchorman*.

Apuração: investigação, documental e por entrevista, dos dados de uma notícia ou reportagem. Fase que precede a redação de um texto jornalístico e, eventualmente, em tevê, a expedição da equipe de reportagem ou o início da gravação.

Artigo: texto que desenvolve uma idéia ou comenta um assunto. Geralmente assinado, o artigo não é necessariamente jornalístico, ou escrito por jornalista. Pode ser colaboração de um técnico, literato ou especialista.

Assessoria de imprensa: órgão de empresa, associação ou repartição pública incumbido de dar atendimento a jornalistas, divulgar por iniciativa própria informações não sigilosas de interesse público ocorridos na entidade e organizar eventos jornalísticos, tais como entrevistas coletivas, visitas a instalações por jornalistas etc.

Banco de dados: organização eletrônica de arquivos. A redação de textos para bancos de dados de acesso público ou interdisciplinar é novo mercado de trabalho para o qual os jornalistas estão particularmente habilitados, quando trabalham em conjunto com profissionais de ciências da informação.

Boletim: publicação destinada à divulgação de decisões e atividades de entidades públicas ou privadas. Seu estilo não é obrigatoriamente jornalístico, nem há critérios fixos para apresentação gráfica. Usualmente tem circulação e área de interesse restritas.

Briefing: resumo escrito de informações sobre um acontecimento do qual se tiveram notícias prévias. Destina-se à orientação dos editores ou à eventual publicação. Os *briefings* de agências de notícias e jornais que fornecem serviço telegráfico a veículos de outras praças costumam ser assinados pelos que os redigem.

Cabeça (jargão): abertura de matéria impressa, em medida, tipo ou corpo destacados. Pode ser o *lead* de uma notícia, a apresentação de um artigo, de um documento etc.

Camcorder: câmara de televisão com gravador acoplado.

Censura: limitação do fluxo de informações não determinada pela capacidade do sistema. A censura pode ser introjetada em estruturas inconscientes, imposta por controle social, pela classe ou grupo dominante. Em geral, a primeira informação censurada é a de que existe a censura. A censura é sentida como privação de liberdade quando não se justifica pelos valores do codificador ou usuário. É o caso da censura de Estado, em particular de natureza política. No caso da sociedade industrial madura, incentivadora do consumo de bens simbólicos, os limites da censura consensual tendem a recuar: caem restrições a temas como o homossexualismo, o racismo, a loucura, o corpo, a sexualida-

de e suas formas não convencionais etc. A censura de Estado pode atuar aí como freio acionado por segmentos mais conservadores. Os mecanismos de controle, em particular a censura. São mais atentos e intolerantes quanto mais amplo e variado é o público do veículo: maior na televisão do que no cinema, por exemplo. Quanto às notícias, tem-se demonstrado que a censura não elimina o fato cuja divulgação proíbe, nem impede que ele se repita ou tenha conseqüências, quando é determinado por estruturas sociais. No máximo, protela o processo e retarda efeitos emocionais..

Cobertura: trabalho de apuração de um fato ou assunto. Pode prolongar-se ou tornar-se permanente, fixando repórteres em determinado setor (ministérios, Congresso etc) .Área sob responsabilidade de um repórter ou editoria.

Codificação: operação que traduz uma mensagem em sinais aptos para transmissão por um canal.

Crônica: texto desenvolvido de forma livre e pessoal, a partir de acontecimentos de atualidade ou situações de permanente interesse humano. É gênero literário que busca ultrapassar, pelo tratamento artístico, o que é racionalmente deduzido dos fatos.

Combo: gravador que indiferentemente reproduz DVD e CD-ROM.

Dados: formalização de fatos, conceitos ou instruções para processamento.

Decodificação: operação que traduz sinais recebidos por um canal para restaurar a mensagem.

Digesto: condensação ou resumo.

Digital: representação descontínua e não-analógica de um processo. Em sentido estrito, operação de computador que reconhece dois dígitos (0, 1) e operadores lógicos (*e, ou, se..então*). Em sentido amplo, a linguagem (falada e escrita) é instrumento digital de comunicação. A digitalização (de sons, imagens paradas e em movimento, recursos gráficos em geral) tende a substituir sistemas analógicos em praticamente todas as áreas.

Documentação: detalhamento de personagens, ambiente. e circunstâncias que corresponde a um *lead* noticioso. Série de dados alinhados para exemplificar ou comprovar a afirmação feita em tópico frasal. Fatos que exemplificam ou materializam a avaliação feita em tópico frasal.

Edição: conjunto de atividades relacionadas com a publicação e distribuição de veículos de comunicação. Conjunto de exemplares extraídos de uma mesma matriz. Cada número de um periódico.

Editor: dono de empresa publicadora. Profissional que chefia e controla uma unidade de produção editorial. Profissional que comanda a operação de edição em tevê, selecionando, cortando e agrupando trechos gravados em um programa. Responsável pelo *gatekeeping* em uma publicação.

Entretítulo: o mesmo que *intertítulo*.

Entrevista: gênero de apuração baseado em coleta de informações e interpretações diretamente com o entrevistado. Gênero jornalístico que consiste em apresentar, sob forma de notícia, perguntas-e-respostas ou redação discursiva, com ou sem dados ou perfis biográficos, o depoimento de um entrevistado.

Flash: primeiro anúncio de um acontecimento importante, imediatamente difundido em rádio, televisão e internet. Tipo de *lead* sumário, comum na redação de rádio.

Fonte: procedência da notícia. Informante oficial ou oficioso.

Gatekeeping: decisão sobre o que vai ou não ser publicado. Função do *gatekeeper*, editor ou conselho editorial.

Gramática: conjunto de regras a que obedece uma língua.

História: série de fatos narrados numa reportagem ou expostos em uma notícia. Em teoria e crítica literária, há quem tente impor a grafia *estória*, que pretende introduzir em português distinção existente em inglês (*story / history*).

Imprensa: o mesmo que jornalismo. Conjunto de jornais e revistas de um lugar, categoria, gênero ou assunto. Contrapondo-se à *grande imprensa*, surgem a *imprensa especializada* e a *imprensa alternativa* (que pretende ser uma opção de leitura). Instrumentos da luta de classes podem ser a *Imprensa operária* ou *sindical*, a *imprensa empresarial* (*house organs*), a *imprensa panfletária*. O conceito se estende aos jornalistas de rádio, televisão e internet.

Interatividade: Capacidade que um sistema tem de permitir ao receptor intervir no processo comunicativo.

Interpretativo: gênero jornalístico que busca organizar os fatos dando-lhes sentido, conforme critérios e métodos de um saber ou ciência;

Intertítulo: pequeno título intercalado na matéria. Na redação clássica da notícia impressa, no Brasil, o primeiro intertítulo da notícia costuma anteceder o terceiro ou quarto parágrafos. O mesmo que *entretítulo*.

Jornal: veículo impresso, de tiragem regular, com periodicidade definida, que se apresenta em folhas soltas arrumadas em cadernos. Jornais são produzidos nos formatos *standard*, tablóide e intermediários.

Jornal de empresa: *house organ*, órgão de imprensa empresarial. Pode destinar-se a empregados, clientes, sócios ou revendedores.

Jornalista: profissão regulamentada no Brasil pelo Decreto-lei 972, de 17-10-69. Privativa dos bacharéis em curso especializado para as funções de editor, redator, repórter, professor de jornalismo, entre outras, tanto em jornais quanto em assessorias de imprensa, departamentos de comunicação social de empresas e órgãos públicos, emissoras de rádio e televisão.

Lauda: página datilografada de um só lado que servia como original para a composição antes da automatização do projeto. A lauda, que ainda se usa para aferição de tamanho, tem 2100 caracteres aproximadamente, incluindo espaços (30 linhas de 70 toques). Na apresentação gráfica, as costumam ter entrelinha de 1,5 paicas. A facilidade de leitura recomenda tipos de 12 pontos de altura.

Layout: diagrama de página ou, em revista, do conjunto de duas páginas que se confrontam.

Lead: abertura da notícia. Primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso. Relato do fato mais importante de uma notícia. Na forma clássica, esse relato começa pelo aspecto mais importante.

Manchete: título principal de um jornal ou de uma página. Eventualmente pode ocorrer uma *manchete fotográfica*, foto que domina a página. Geralmente a fotografia destacada é a primeira coisa que o leitor contempla numa página.

Matéria: tudo quanto é publicado ou se destina a ser publicado.

Matutino: jornal que circula pela manhã.

Mídia: volume socialmente distribuído da divulgação de uma informação ou anúncio. Conjunto dos veículos de comunicação. Mídia é pronúncia inglesa do latim *media*, plural de *medium* (*meio* –no caso, meio de comunicação).

Narração: forma de discurso da narrativa. Texto em *off* (o narrador não aparece) que, em tevê, acompanha uma ação visual.

Narrativa: discurso organizado em seqüências de eventos marcados pela sucessividade.

Normas: convenções estabelecidas numa redação. Critérios de apresentação de originais resultantes de normalização técnica: uso de maiúsculas, representação de números e quantias, grafia de neologismos etc.

Notícia: relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante. A estrutura da notícia é lógica; o critério de importância ou interesse envolvido em sua produção é ideológico: atende a fatores psicológicos, comportamentos de mercado, oportunidade etc.

Original: matéria destinada a reprodução gráfica. *Pasquim*: jornal insolente ou satírico.

Pauta: agenda de eventos a serem cobertos para noticiário. Indicação do assunto, abordagem, fontes possíveis, equipamentos, deslocamentos e prazo de produção de reportagens.

Pé: fim da matéria. O oposto de cabeça.

Player: equipamento que reproduz som ou som e imagem de uma gravação.

Recorder: Gravador de som ou som e imagem.

Redação: conjunto de redatores e repórteres de um veículo jornalístico. Lugar onde essas pessoas trabalham. Ato e maneira de redigir. Das qualidades clássicas da redação, a essencial é a clareza. Outras qualidades são a simplicidade, a naturalidade, a densidade, a exatidão, a precisão, a coerência, a variedade, o ritmo, a objetividade e a originalidade que, no caso, consiste em evitar construções sem função informativa.

Redator: função jornalística que compreende a redação de matérias para publicação ou difusão.

Referente: aquilo a que o signo lingüístico se refere. O objeto a que se tem acesso através do conceito.

Registro de linguagem: conjunto de itens léxicos e formas gramaticais que definem um nível de linguagem. Na linguagem corrente, surge o *registro formal*, mais próprio do texto, e o *registro coloquial*, mais próprio do discurso distenso, oral.

Repórter: jornalista que apura e redige notícias e reportagens. *Repórter fotográfico* é o jornalista que fotografa selecionando e enquadrando o objeto fotografado de uma perspectiva jornalística. *Repórter cinematográfico* é o jornalista que opera câmaras cinematográficas ou eletrônicas.

Reportagem: setor da redação incumbido de apurar e redigir notícias e reportagens. Gênero jornalístico que consiste no levantamento de assuntos para contar uma história verdadeira, expor uma situação ou interpretar fatos.

Revista: publicação com periodicidade semanal, quinzenal, mensal, bimestral ou trimestral, grampeada em canoa ou em brochura com lombada, que trata de assuntos de interesse geral ou especializado. A denominação revista compreende os *magazines* e as *reviews* ou *journals*, que são publicações sobre temas técnicos ou científicos.

Sublead: segundo parágrafo da notícia em jornalismo impresso. Corresponde, em geral, ao segundo *lead*, ou à segunda informação (em ordem de importância) da matéria, precedendo as documentações.

Suíte: continuação da cobertura de um fato já noticiado. Cobertura de seus desdobramentos (do enterro da vítima, do inquérito policial etc.)

Suplemento: caderno adicionado a uma edição de jornal, tratando de tema ou com público-alvo específico.

Tablóide: formato de jornal (29 X 38 cm) correspondente à metade do formato *standard* (38 X 58 cm).

Teoria da Informação: teoria que formula proposições de natureza estatística sobre os sistemas de comunicação, quantifica e define matematicamente informação.

TV ou tevê: sistema de transmissão de imagem e som à distância.

TVDI: TV digital interativa.

Título: palavra, locução ou frase em corpo maior que identifica a matéria. No caso das notícias, o título é constituído de uma frase que contém as notações essenciais do *lead*, generalizando as denominações e freqüentemente anulando a perfectividade própria do texto noticioso.

Unidade móvel: caminhão de externa.

Vespertino: jornal que circula à tarde.

5

Bibliografia comentada

Redação expositiva

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro, FGV, 1967.

O Autor procura ensinar a estruturar a frase partindo de idéias e não de palavras. Particularmente interessante é o capítulo sobre estrutura do parágrafo.

Redação de notícias

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis, Vozes, 1979.

_____. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro, Campus, 2005.

O primeiro desses livros aprofunda, no segundo capítulo, algumas das idéias expostas neste *Estrutura da notícia*. O segundo analisa outros aspectos da redação noticiosa.

MEDITISCH, Eduardo. *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis, Edufsc, 1992.

O autor é um dos pioneiros, no Brasil, no estudo de teorias do jornalismo. Nesse texto, ele profunde teses de Adelmo Genro Filho sobre o papel do jornalismo na moderna sociedade industrial.

Manuais de jornalismo

AMARAL, Luís. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969.

ERBOLATO, Mário. *Técnicas de codificação em jornalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978.

Manuais desse gênero são necessariamente superficiais e panorâmicos. Servem para dar uma idéia geral do assunto.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo, vol. 1 – Por que as notícias são como são*. Florianópolis, Insular-Edufsc, 2004.

Manuais americanos

BOND, F. Fraser. *Introdução ao jornalismo*. Rio de Janeiro, Agir, 1962.

HOHENBERG, John. *Manual de jornalismo*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, s. d.

Obras traduzidas, tiveram grande influência na renovação do jornalismo brasileiro. Hohenberg é um entusiasta do *lead* narrativo. Os dois Autores refletem o clima institucio-

nal dos Estados Unidos em seu tempo, sustentando posturas éticas que parecem ingênuas no contexto atual.

Jornalismo e linguagem

BURNETT, Lago. *A língua envergonhada e outros escritos sobre comunicação jornalística*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

CASTRO, Marcos. *A imprensa e o caos na ortografia*. Rio de Janeiro, Record, 1998.

Livros que testemunham o esforço de profissionais brilhantes para preservar a língua nacional em um mundo que se globaliza. O capítulo sobre lide no livro de Burnett é muito interessante como expressão de um pensamento rigoroso.

VAN DIJK, Teun. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo, Contexto, 1999.

O autor é um lingüista que dedicou tempo e inteligência no estudo do texto jornalístico, sobre o qual escreveu livros não traduzidos em português. O acima indicado é uma seleção de artigos de grande interesse, feita por Ingidore Koch Villaça.

Ética jornalística

KARAM, Francisco. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo, Summus, 2004.

Livros de consulta

BARBOSA, Gustavo & RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro, Codecri, 1978.

DaRIA, F. A., KATZ, C. S. & LIMA, L. C. *Dicionário básico de comunicação*. Rio de Janeiro, paz e Terra, 1975. O primeiro dicionário contém número bem maior de verbetes. O segundo caracteriza-se pelo aprofundamento teórico dos itens que aborda, com feição enciclopédica e caráter interdisciplinar.

-